

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

MELISSA TUXEN WISNIK

RELAÇÃO ENTRE A NATUREZA DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS  
DE AUDITORIA APRESENTADOS NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA  
INDEPENDENTE, SETORES DE ATUAÇÃO E PAÍSES

**SÃO PAULO**  
**2018**

MELISSA TUXEN WISNIK

RELAÇÃO ENTRE A NATUREZA DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE  
AUDITORIA APRESENTADOS NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA  
INDEPENDENTE, SETORES DE ATUAÇÃO E PAÍSES

Trabalho aplicado apresentado à Fundação Getúlio Vargas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão para a Competitividade – Finanças e Controladoria.

Campo de conhecimento: Finanças e Controladoria

**Orientadora: Prof. Dra. Edilene Santana Santos**

**SÃO PAULO**

**2018**

Wisnik, Melissa Tuxen.

Relação entre a natureza dos principais assuntos de auditoria apresentados nos relatórios de auditoria independente, setores de atuação e países / Melissa Tuxen Wisnik. - 2018.

98 f.

Orientador(a): Edilene Santana Santos.

Dissertação (MPGC) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Auditoria. 2. Auditoria - Normas. 3. Auditores - Relatórios. 4. Contabilidade - Normas. 5. Auditoria administrativa. I. Santos, Edilene Santana. II. Dissertação (MPGC) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Título.

CDU 657.6

MELISSA TUXEN WISNIK

RELAÇÃO ENTRE A NATUREZA DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE  
AUDITORIA APRESENTADOS NOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA  
INDEPENDENTE, SETORES DE ATUAÇÃO E PAÍSES

Trabalho aplicado apresentado à Fundação Getúlio Vargas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Gestão para a Competitividade – Finanças e Controladoria.

**Orientadora: Prof. Dra. Edilene Santana Santos**

Campo do Conhecimento:

Finanças e Controladoria

Data de Aprovação:

28/05/2018

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Edilene Santana Santos (Orientador)

FGV - EAESP

---

Prof. Dr. Ricardo Lopes Cardoso

FGV - EAESP

---

Prof. Dr. Guillermo Oscar Braunbeck

USP - FEA

*À minha eterna mãe Dirce Tuxen Wisnik e a meu pai Humberto Soares Wisnik; a minhas filhas, Laura Wisnik Corte e Julia Wisnik Corte, minhas fontes de inspirações, e a meu amado marido Ismael Corte Inácio Junior, por todo suporte nesta jornada.*

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal verificar se há relação entre a natureza dos Principais Assuntos de Auditoria apresentados nos relatórios dos auditores independentes e os respectivos setores de atuação das companhias. Justifica-se este trabalho com a proposta de avaliar a natureza dos Principais Assuntos de Auditoria definidos pelos auditores independentes como os assuntos mais significativos no contexto da emissão de sua opinião frente às novas normas internacionais de auditoria, para empresas que atuem em um mesmo segmento. Esta pesquisa é realizada exclusivamente de forma documental, pela leitura dos relatórios de auditoria de 2016 das dez maiores empresas, segundo sua posição no *market capitalization*, dos setores bancário, de seguros e de varejo do Brasil, Reino Unido e Hong Kong. Além da pesquisa documental, este trabalho também é composto por revisão da literatura e normativos que regulamentam a emissão do relatório de auditoria, os quais fundamentam e contextualizam o papel do auditor independente e o conteúdo do relatório de auditoria. Os resultados obtidos indicam que os Principais Assuntos de Auditoria incluídos nos relatórios de auditoria externa de empresas do mesmo segmento de atuação tendem a ser semelhantes entre si, embora também sejam influenciados pelo mercado em que a empresa atua e por fatores específicos à empresa.

**Palavras-chave:** Principais Assuntos de Auditoria. Relatório de auditoria independente. Estimativas contábeis críticas. Risco de distorção relevante. Normas internacionais de auditoria.

## **ABSTRACT**

This research has as main objective to verify the existence of a relationship between the nature of the Key Audit Matters presented in the independent auditors' reports and the respective segments of the companies. This objective of this project is to evaluate if the nature of the Key Audit Matters defined by the independent auditors as the most significant matters in the context of issuance of their opinion, regarding the new international auditing standards, applies for companies operating in the same segment. This research is prepared exclusively in a documentary way, by reviewing the 2016 audit reports of the ten largest companies, according to its market capitalization, of banking, insurance and retail sectors in Brazil, the United Kingdom and Hong Kong. In addition to documentary research, this work is also composed of a review of the literature and standards that regulate the issuance of the audit report, which form the basis and context for the independent auditor's role and the content of the audit report. The results indicate that the main audit subjects included in external audit reports of companies in the same segment tend to be similar, although they are also influenced by the environment in which they operate and by factors specific to each company.

**Key Words:** Key Audit Matters. Report of independent auditors. Critical Accounting Estimates. Risk of Material Misstatement. International Audit Standards.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Quantidade de PAAs por natureza e país

Tabela 3: Natureza dos PAAs do Segmento Bancário no Reino Unido

Tabela 4: Natureza dos PAAs do Segmento Bancário em Hong Kong

Tabela 5: Segmento Bancário – Comparação entre os Países (% de empresas com cada tipo de PAA)

Tabela 6: Segmento Bancário – Diversidade de PAAs entre os Países

Tabela 7: Natureza dos PAAs do Segmento de Seguros no Brasil

Tabela 8: Natureza dos PAAs do Segmento de Seguros no Reino Unido

Tabela 9: Natureza dos PAAs do Segmento de Seguros em Hong Kong

Tabela 10: Segmento de Seguros – Comparação entre os Países (% de empresas com cada tipo de PAA)

Tabela 11: Segmento de Seguros – Diversidade de PAAs entre os Países

Tabela 12: Natureza dos PAAs do Segmento de Varejo no Brasil

Tabela 13: Natureza dos PAAs do Segmento de Varejo no Reino Unido

Tabela 14: Natureza dos PAAs do Segmento de Varejo em Hong Kong

Tabela 15: Segmento de Varejo – Comparação entre os Países (% de empresas com cada tipo de PAA)

Tabela 16: Segmento de Varejo – Diversidade de PAAs entre os Países

Tabela 17: Natureza dos PAAs por segmento – Brasil

Tabela 18: Consolidado Brasil – Diversidade de PAAs entre os Segmentos

Tabela 19: Natureza dos PAAs por segmento – Reino Unido

Tabela 20: Consolidado Reino Unido – Diversidade de PAAs entre os Segmentos

Tabela 21: Natureza dos PAAs por segmento – Reino Unido

Tabela 22: Consolidado Hong Kong – Diversidade de PAAs entre os Segmentos



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantidade de PAAs por natureza e por país

Gráfico 2: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento Bancário – Brasil

Gráfico 3: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento Bancário – Brasil

Gráfico 4: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento Bancário – Reino Unido

Gráfico 5: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento Bancário – Reino Unido

Gráfico 6: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento Bancário – Hong Kong

Gráfico 7: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento Bancário – Hong Kong

Gráfico 8: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento Bancário – Comparação entre os Países

Gráfico 9: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Brasil

Gráfico 9.1: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Brasil (considera a exclusão das corretoras de seguro da amostra)

Gráfico 10: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento de Seguros – Brasil

Gráfico 11: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Reino Unido

Gráfico 12: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento de Seguros – Reino Unido

Gráfico 13: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Hong Kong

Gráfico 14: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento de Seguros – Hong Kong

Gráfico 15: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Comparação entre os Países

Gráfico 16: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Varejo – Brasil

Gráfico 17: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento de Varejo – Brasil

Gráfico 18: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Varejo – Reino Unido

Gráfico 19: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento de Varejo – Reino Unido

Gráfico 20: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Varejo – Hong Kong

Gráfico 21: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento de Varejo – Hong Kong

Gráfico 22: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Varejo – Comparação entre os Países

Gráfico 23: Natureza dos PAAs por segmento – Comparação Brasil

Gráfico 24: Natureza dos PAAs por segmento – Comparação Reino Unido

Gráfico 25: Natureza dos PAAs por segmento – Comparação Hong Kong

## LISTA DE SIGLAS

AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*

Bacen – Banco Central do Brasil

B3 – Bolsa, Brasil e Balcão

CFC – Conselho Federal de Contabilidade Sorvet

Cosif – Plano de contas das instituições do sistema financeiro nacional

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis

CMN – Conselho Monetário Nacional

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

FRC – *Financial Reporting Council*

GIC – *Global Industry Classification*

HKFRS – Normas de Relatório Financeiro de Hong Kong

IASB – *International Accounting Standards Board*

IAASB – *International Audit and Assurance Standards Board*

IAS – *International Accounting Standards*

IASC – *International Accounting Standards Committee*

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa

Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil

IFAC – *International Federation of Accountants*

IFRIC – *International Financial Reporting Interpretations Committee*

IFRS – *International Financial Reporting Standard*

ISA – *International Standards on Auditing*

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

PCAOB – Public Company Accounting Oversight Board

SIC – *Standing Interpretations Committee*

UE – União Europeia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Caracterização do Problema.....	14
1.2 Questão e Hipótese de Pesquisa.....	16
1.3 Objetivos Geral e Específicos.....	17
1.4 Justificativa.....	18
1.5 Delimitação da Pesquisa .....	20
1.6 Estrutura da Dissertação .....	21
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA .....</b>	<b>22</b>
2.1 Auditoria Independente.....	22
2.1.1 Origem da profissão de auditoria no Brasil e no mundo .....	22
2.1.2 Conselho Federal de Contabilidade .....	24
2.2 Relatório de Auditoria Independente .....	25
2.2.1 Evolução do Parecer de Auditoria Independente.....	25
2.2.2 Principais Assuntos de Auditoria.....	28
2.3. Normas de Contabilidade e Auditoria Independente Relativas aos PAAs..	30
2.3.1 NBC TA 260 (R2): Comunicação com Responsáveis pela Governança ..	30
2.3.2 NBC TA 315(R1): Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante.....	31
2.3.3 NBC TA 540: Auditoria de Estimativas Contábeis .....	32
2.3.4 Riscos Inerentes e de Controles .....	33
2.4 Normas Contábeis .....	34
2.4.1 Convergência das Normas ao Padrão IFRS e Regulação nos Países Analisados .....	34
2.4.2 Normas Internacionais de Reporte Financeiro .....	36

2.5 Riscos de Impactos nos Demonstrativos Financeiros .....	40
2.5.1 Riscos do Setor Bancário .....	40
2.5.2 Riscos do Setor de Seguros .....	41
2.5.2 Riscos do Setor de Varejo .....	41
2.6 Estudos Anteriores sobre Principais Assuntos de Auditoria .....	41
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>45</b>
<b>4 RESULTADOS.....</b>	<b>47</b>
4.1. Análise Consolidada dos Principais Assuntos de Auditoria entre os Países .....	47
4.2. Análise dos Principais Assuntos de Auditoria por Setor .....	49
4.2.1 Principais Assuntos de Auditoria do Setor Bancário .....	49
4.2.2 Análise dos Principais Assuntos de Auditoria do Setor de Seguros .....	60
4.2.3. Análise dos Principais Assuntos de Auditoria do Segmento de Varejo....	69
4.3. Comparação dos PAAs de cada País entre os Setores.....	80
4.2.1 PAAs no Brasil: Comparação entre os Setores.....	80
4.2.2 PAAs no Reino Unido: Comparação entre os Setores.....	82
4.2.3 PAAs em Hong Kong: Comparação entre os Setores.....	84
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITAÇÕES.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>92</b>
<b>ANEXO .....</b>	<b>94</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O relatório do auditor independente é o principal canal de comunicação do auditor com os usuários das demonstrações contábeis auditadas.

Em setembro de 2014, o *International Audit and Assurance Standards Board* (IAASB), órgão global de normatização independente, que estabelece as normas internacionais de auditoria, visando melhorar a qualidade da prática dos auditores, aprovou mudanças significativas no relatório do auditor e divulgou seu conjunto de novas e revisadas normas de relatório do auditor independente no início de 2015, com vigência a partir de 2016.

Segundo o *International Accounting Standards Board* (IASB), a revisão do formato do relatório de auditoria era fundamental para influenciar o valor da auditoria das demonstrações financeiras e a continuidade da relevância da profissão de auditoria, aprimorando o valor comunicativo do relatório do auditor, no interesse público.

O foco do novo formato do relatório de auditoria independente foi torná-lo mais informativo, discursivo e esclarecedor e oferecer maior transparência sobre os aspectos importantes de auditoria, incluindo mais detalhes sobre os trabalhos executados pelos auditores.

### 1.1 Caracterização do Problema

Com a emissão das novas normas de auditoria pelo IAASB, aplicáveis no Brasil para períodos encerrados em, ou após 15 de dezembro de 2016, o relatório de auditoria passou a ser mais informativo e menos padronizado em diversos aspectos, com destaque para a nova seção denominada “Principais Assuntos de Auditoria”.

No Brasil, a adoção das novas normas internacionais de auditoria foi determinada pela Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TA) 701, de 17 de junho de 2016, que dispõe sobre a comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor

independente, e essas foram elaboradas de acordo com sua equivalente internacional IAS 701 da Federação Internacional de Contadores (IFAC).

Segundo Dan Montgomery (2016 p. 2), Presidente do Grupo de Trabalho de Implantação do Relatório do Auditor Independente e ex-Presidente Adjunto do IAASB, os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) oferecem a oportunidade de compartilhar a perspectiva do auditor com os usuários sobre os assuntos que foram de maior importância na execução dos trabalhos de auditoria, sendo de grande relevância porque esses assuntos provavelmente foram objeto de um diálogo mais intenso com o comitê de auditoria das companhias.

A NBC TA 701 estabelece os requisitos para determinação dos assuntos que exigiram atenção significativa da auditoria considerando: (i) áreas avaliadas como maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados; (ii) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alto grau de incerteza na estimativa; e (iii) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período.

Além disso, desde 2008, com a edição da Lei nº 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou alguns dispositivos da Lei nº 6.404/76, as Sociedades Anônimas e entidades de grande porte passam a ser requeridas a elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com os padrões internacionais de contabilidade, mediante pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Na sequência da nova lei das S/As, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mediante a Instrução CVM nº 457/07, passa a requerer que as demonstrações financeiras de companhias listadas em bolsa sejam preparadas de acordo com o padrão contábil internacional.

Art. 1º As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. (CVM, 2007)

Assim, tem-se hoje no Brasil e em mais de 100 países no mundo uma padronização na forma de elaboração das demonstrações financeiras pelos diversos segmentos de atuação das companhias, as quais seguem práticas contábeis alinhadas

com as Normas Internacionais de Contabilidade Financeira (IFRS), bem como com as *International Audit and Assurance Standards* emitidas pelo IFAC.

Esse novo padrão de relatórios financeiros vem sofrendo modificações ao longo dos anos e, dependendo do segmento de atuação das companhias, esses relatórios passam a incluir fatores críticos de julgamento por parte da administração. Esses julgamentos podem impactar significativamente nos resultados e posições patrimoniais das companhias.

O novo formato do relatório do auditor independente, com a inclusão da seção Principais Assuntos de Auditoria, passa a descrever os assuntos que, no julgamento do auditor, foram os mais significativos, de forma que os usuários das demonstrações financeiras passem a ter um melhor entendimento sobre as áreas que envolvem julgamento significativo na elaboração das demonstrações contábeis pela administração, e sobre como o auditor independente obteve evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre esses julgamentos.

Assim, abre-se uma oportunidade para se estudar os Principais Assuntos de Auditoria apresentados pelas empresas de segmentos diversos e diferentes países, como se detalhará.

## **1.2 Questão e Hipótese de Pesquisa**

A pergunta a ser respondida nesta pesquisa pode ser assim definida:

**Existe uma relação entre a natureza dos Principais Assuntos de Auditoria apresentados no relatório do auditor independente e o segmento de atuação das companhias?**

Para investigar essa questão, são analisados os tópicos dos principais assuntos de auditoria contidos nos relatórios de auditoria de uma amostra de companhias listadas



nas bolsas de valores mobiliários do Brasil, Reino Unido e Hong Kong, segregados nos segmentos bancário, de seguros e de varejo.

É esperado que empresas do mesmo segmento apresentem os mesmos riscos inerentes e de controles, em decorrência de suas operações serem comuns e estarem expostas aos mesmos desafios, impactos e interferências do ambiente micro e macroeconômico em que operam, bem como das mesmas necessidades para manutenção e continuidade de suas estruturas operacionais.

Também é esperado que empresas do mesmo segmento sejam impactadas pelas mesmas práticas contábeis que requerem o uso de estimativas contábeis, dado o ambiente comum em que operam e legislações a que estão sujeitas. Assim, estabeleceu-se a seguinte hipótese de pesquisa para este trabalho:

**Empresas de um mesmo setor de atuação tendem a apresentar Principais Assuntos de Auditoria de mesma natureza.**

### **1.3 Objetivos Geral e Específicos**

Este trabalho tem como objetivo geral verificar se há convergência entre a natureza dos Principais Assuntos de Auditoria elencados pelos auditores independentes no relatório de auditoria e o segmento de atuação dessas empresas.

Especificamente, este trabalho tem os seguintes objetivos:

- i. Apresentar as normas de auditoria que tratam:
  - a. da identificação dos principais assuntos de auditoria;
  - b. dos trabalhos de auditoria sobre as estimativas contábeis;
  - c. da identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante pelo auditor independente;
  - d. das comunicações requeridas junto aos órgãos de governança.

- ii. Compilar a natureza dos principais assuntos de auditoria contidos nos relatórios de auditoria de uma amostra de empresas listadas nas bolsas de valores mobiliários no Brasil, Reino Unido e Hong Kong, que atuem em um mesmo segmento.
- iii. Comparar a natureza dos PAAs das diversas empresas de um mesmo segmento de atuação, no Brasil, Reino Unido e Hong Kong.

#### **1.4 Justificativa**

Este estudo se justifica, primeiramente, devido à recente aplicação do novo modelo de relatório de auditoria no Brasil, cujos primeiros relatórios se referem ao exercício de 2016, disponibilizados em 2017. Em diversos países ao redor do mundo, o novo modelo de relatório passou a ser adotado a partir de 2013.

Em 2013, os auditores das empresas listadas no Reino Unido foram obrigados, pela primeira a incluir uma seção de principais riscos identificados na auditoria e como eles foram abordados em seus relatórios de auditoria. Em janeiro de 2015, requisitos semelhantes foram introduzidos nas *Internacional Standards on Auditing*, com data efetiva para exercícios findos em ou após 15 de dezembro de 2016.

Segundo o trabalho realizado pelo *Financial Reporting Council (FRC) – Extended Auditor’s Reports* (2015), em suas discussões com investidores e com empresas de auditoria, confirmou-se que a divulgação dos principais assuntos tem sido a área de maior interesse para os investidores. Os investidores passaram a usar as informações fornecidas nos relatórios de auditoria a se envolverem mais diretamente com os auditores independentes e, também, com os comitês de auditoria.

No entanto, apesar das reações positivas demonstradas por investidores e outras partes interessadas no aumento da transparência proporcionada pelo novo modelo de relatório, dada a sua aplicação recente, há um número reduzido de pesquisas e análises relacionadas especificamente à natureza dos Principais Assuntos de Auditoria contidas

nos relatórios dos auditores independentes. Dentre as publicações de natureza técnica, destacam-se a do IBGC (2017), sobre os impactos no conselho de administração das mudanças ocorridas no relatório do auditor, as do *Financial Reporting Council* (2015; 2016) que descrevem a experiência do primeiro e segundo ano de aplicação do novo Relatório do Auditor no Reino Unido e a do IBRACON (2017), que descreve os impactos no Conselho de Administração das mudanças ocorridas.

Foram identificados alguns estudos científicos sobre os impactos que os Principais Assuntos de Auditoria podem ter em diversos aspectos, dentre eles, pesquisas sobre a relevância dos PAAs para os investidores, impacto nos custos de auditoria, impacto dos PAAs sobre a responsabilidade e o risco de litígio de auditores, impacto dos PAAs no processo de leitura e análise dos demonstrativos contábeis (BÉDARD e GONTHIER-BESACIER, 2014; SIROIS, BÉDARD e BERA, 2018; CORDOS e FÜLÖPA, 2015; LENNOX e SCHMIDT, 2015; PEREIRA e CARDOSO, 2017; SEGAL, 2017; LI, HAY e LAU, 2018).

Assim, este trabalho tem, também, por objetivo fornecer informações para auditores e usuários de demonstrações financeiras, como investidores, administradores, contadores, reguladores e demais interessados em uma compilação dos principais assuntos que demandaram maior atenção dos auditores independentes no processo de auditoria, em entidade de um mesmo segmento e sua comparação entre países, e que foram discutidos com os principais órgãos de governança corporativa das empresas.

Essas informações também podem ser utilizadas como base para análise e discussão entre os diversos órgãos de governança corporativa (ex. comitê de auditoria) e seus auditores independentes, sobre o motivo pelo qual alguns assuntos foram ou não incluídos no relatório de auditoria *versus* o que os demais relatórios de auditoria têm divulgado para empresas do mesmo setor de atuação.

Uma vez que os PAAs descrevem áreas de risco e/ou que envolvem julgamento por parte da administração, as respectivas informações, juntamente com os demonstrativos contábeis, podem servir de base para analistas e investidores sobre a tomada de decisão de investimentos. Adicionalmente podem servir de base para os reguladores verificarem o cumprimento das normas de auditoria.

## 1.5 Delimitação da Pesquisa

Para o referido estudo, foram obtidas as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, primeiro ano de adoção do novo formato do relatório de auditoria no Brasil, das dez maiores companhias listadas nas bolsas de valores mobiliários do Brasil, Reino Unido e Hong Kong, tendo como base o seu valor de capitalização em dólares americanos do dia 21 de fevereiro de 2018. Foram selecionados os segmentos bancário, de seguros e de varejo a partir da definição do *Global Industry Classification* (GICS).

O ponto de referência da pesquisa foram os relatórios de auditoria emitidos no Brasil, quando do seu primeiro ano de adoção. Com o intuito de ampliar a base de dados para obtenção dos resultados da hipótese da pesquisa de forma mais universal, foram incluídos Reino Unido e Hong Kong, países que localizados em regiões diferentes e que adotam o modelo jurídico de *common law*, enquanto o Brasil se caracteriza pelo *civil law*.

Segundo La Porta et al. (1998) as principais características do sistema de governança corporativa das companhias são determinadas pelas leis societárias e sua respectiva origem. Países cujas regras legais são originadas na tradição de *common law* geralmente detêm um modelo mais forte de proteção dos direitos dos investidores, enquanto que os baseados no *civil law*, como o Brasil, tendem a ter um modelo mais fraco.

O foco desta pesquisa é a identificação dos principais assuntos de auditoria reportados pelos auditores independentes. Assim, este estudo limitou-se a analisar quantitativamente os tópicos abordados nos principais assuntos de auditoria contidos no relatório de auditoria, não sendo efetuada uma análise qualitativa aprofundada do conteúdo completo dos PAAs, exceto quando necessário para validar a identificação dos seus tópicos.

## **1.6 Estrutura da Dissertação**

Neste Capítulo apresenta-se a introdução, que descreve a contextualização, a caracterização do problema, as questões de pesquisa, os objetivos, a justificativa, a delimitação do trabalho e a sua estrutura.

O Capítulo 2 aborda o referencial teórico, tratando sobre auditoria independente, relatório de auditoria independente, normas de contabilidade e auditoria independente, práticas contábeis aplicáveis e riscos dos setores bancários, de seguros e de varejo.

O método de pesquisa, a descrição e a composição da amostra, bem como a coleta e metodologia para análise dos dados são expostos no Capítulo 3.

No Capítulo 4, são apresentados os resultados da pesquisa e as análises realizadas.

A conclusão do trabalho e suas limitações são apresentadas no Capítulo 5, o qual é seguido pelas referências, anexos e apêndices.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Auditoria Independente**

#### ***2.1.1 Origem da profissão de auditoria no Brasil e no mundo***

Conforme Santi (1988), o primeiro auditor provavelmente foi um guarda-livros competente a serviço de algum mercador italiano do século XV ou XVI, que, por sua reputação, passou a ser consultado sobre a escrituração de transações. Provavelmente, a auditoria se estabeleceu como profissão no momento em que o especialista em escrituração deixou de praticar a atividade contábil para um único usuário para assessorar os demais especialistas e mercadores, transformando-se em consultor.

Segundo o Ibracon (2006), com a Revolução Industrial, o crescimento das empresas e a expansão dos mercados fizeram com que fossem levados em conta outros agentes econômicos, além do interesse dos proprietários das corporações. A necessidade de financiamento e a formação do mercado de capitais tornaram relevante a divulgação de informações econômico-financeiras. As demonstrações contábeis ganharam importância, não só para os credores das organizações, mas também para futuros investidores. Nesse contexto, era necessário que as demonstrações financeiras fossem examinadas por um profissional independente da empresa e de reconhecida capacidade técnica, que assegurasse a qualidade e a precisão das informações prestadas. Só assim seria possível atestar o correto cumprimento das metas, a lícita aplicação do capital envolvido, a integridade do investimento realizado e os resultados econômicos de cada empreendimento.

Conforme Braunbeck (2010, p.33), a utilidade de uma auditoria reside no contexto de assimetria de informação e conflito de interesses na economia. Boyton et al. (2002, p.68), destaca entre as razões pelas quais as demonstrações contábeis são auditadas, o conflito de interesses entre gestores e usuários das demonstrações

contábeis e a distância existente entre a realidade econômica da entidade e o tomador de decisão, externo a entidade.

A busca pela asseguuração das informações que são divulgadas é uma preocupação constante, pois o risco moral, como processo inerente na relação entre agentes (gestores) e principais (acionistas) pode resultar em seleção adversa no processo decisório destes. Diante disso, a auditoria assume um papel de destaque, pois ela tem como objetivo assegurar que as informações contábeis divulgadas sejam fidedignas, relevantes e representem adequadamente a essência econômica da entidade que divulga (WATTS e ZIMMERMAN, 1986).

Após a crise de 1929 nos Estados Unidos, foi criado um grupo de trabalho para determinar regras para as companhias com ações cotadas em bolsa de valores, tornando obrigatória a auditoria contábil independente das demonstrações financeiras dessas empresas. O governo americano instituiu em 1934 a agência governamental *Securities and Exchange Commission* (SEC), responsável por proteger investidores e manter a integridade dos mercados de valores mobiliários. Nesse contexto, a atividade de auditoria independente ganhou impulso.

Uma vez que as atividades contábeis e de auditoria se desenvolviam ao redor do mundo, havia divergências nos seus procedimentos e modo de aplicação. Em 1973, foi criado o Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Committee* – IASC), um acordo entre entidades profissionais da Austrália, Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, México, Irlanda, Holanda e Reino Unido, hoje denominada Junta de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* – IASB).

O IASB hoje é constituído por um grupo independente de especialistas com uma combinação de experiências práticas na definição de padrões contábeis, na preparação, auditoria ou uso de relatórios financeiros e na educação contábil. Os membros do IASB são responsáveis pela desenvolvimento e publicação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Em 1977, durante o 11º Congresso Mundial de Contadores, realizado na Alemanha, foi criado o IFAC (*International Federation of Accountants*), entidade hoje responsável principalmente por: (i) desenvolver padrões internacionais em auditoria e

asseguração, contabilidade do setor público, ética e educação para profissionais de contabilidade; (ii) facilitar a colaboração e a cooperação entre os seus órgãos-membros; (iii) colaborar e cooperar com outras organizações internacionais; e (iv) servir como porta-voz internacional para a profissão de contabilidade. Atualmente o IFAC tem 175 membros e associados em mais de 135 países e jurisdições em todo o mundo, incluindo o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon).

### **2.1.2 Conselho Federal de Contabilidade**

Importante destacar que no Brasil o órgão responsável pela normatização e fiscalização do exercício profissional contábil, sejam eles contadores, auditores internos, auditores independentes ou peritos contábeis, é exercida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O CFC é uma autarquia especial corporativa criada e regida por legislação específica, o Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946. O CFC possui estrutura, organização e funcionamento regulamentados pela Resolução CFC nº 1.370, de 8 de dezembro de 2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade. O CFC é integrado por um representante de cada estado e mais o Distrito Federal, no total de 27 conselheiros efetivos e igual número de suplentes e tem, dentre outras finalidades, principalmente a de orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil, por intermédio dos Conselhos Regionais de Contabilidade, cada um em sua base jurisdicional, nos Estados e no Distrito Federal; decidir, em última instância, os recursos de penalidade imposta pelos Conselhos Regionais, além de regular acerca dos princípios contábeis, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.



Decreto-lei nº 9.295

Art. 6º São atribuições do Conselho Federal de Contabilidade: [...]

f) regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada; e editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional. (Incluído pela Lei nº 12.249, de 2010).

Ou seja, fala-se de uma organização responsável pela normatização profissional e técnica das Normas de Brasileiras de Contabilidade.

Conforme Resolução nº 1.328, de março de 2011, art. 1º

[...] as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

## **2.2 Relatório de Auditoria Independente**

### **2.2.1 Evolução do Parecer de Auditoria Independente**

Conforme Attie (2010, p. 74), “o parecer de auditoria é o instrumento pelo qual o auditor expressa sua opinião, em obediência às normas de auditoria [...] sobre as demonstrações financeiras”.

O parecer da auditoria representa o produto final do trabalho do auditor no processo de auditoria das demonstrações financeiras, instrumento pelo qual o auditor dá conhecimento aos usuários da informação contábil, do resultado do seu trabalho expresso, por meio da opinião contida no relatório.

Segundo Santos e Pereira (2004, p. 28), no Brasil, até março de 1972, os auditores utilizavam diferentes modelos de parecer para divulgar sua opinião. Em abril de 1972, o CFC, por meio da Resolução CFC nº 321, de 14 de abril de 1972, institucionalizou um modelo de parecer cuja adoção passou a ser obrigatória pelo auditor

independente. O estilo de parecer fixado era uma réplica do modelo norte-americano exposto e vigorou até maio de 1991.

A partir de junho de 1991, o CFC, pela Resolução CFC nº 700, de 24 de abril de 1991, revogou a resolução CFC 321/76 e aprovou a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, que unificou outras normas sobre a matéria e estabeleceu um novo padrão para o parecer do auditor independente, porém com a manutenção da estrutura básica do modelo norte-americano.

O CFC, por meio das Resoluções CFC nºs 820 e 821, ambas de 24 de abril de 1997, reformulou as Normas de Auditoria no Brasil. Essa reforma não alterou a estrutura do parecer vigente naquela época fixado em 1991.

O CFC editou a Resolução nº 830, de 16 de dezembro de 1998, aprovando a Interpretação Técnica, assim discriminada: “NBC T 11 – IT – 05 – Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis”, que fornecia orientações para o auditor redigir seu parecer.

A Resolução nº CFC 953/03, de janeiro de 2003, alterou o modelo de parecer do auditor independente, substituindo a expressão “princípios fundamentais de contabilidade” por “práticas contábeis adotadas no Brasil”, no terceiro parágrafo do parecer, o parágrafo de opinião.

Em março de 2009, foi emitida a resolução CFC nº 1.155/09, que aprovou o Comunicado Técnico CTA 01, o qual tratava da emissão de Parecer dos Auditores Independentes face à edição da NBC TG 13. O CTA 01 tinha por objetivo orientar os auditores independentes na emissão de parecer sobre as primeiras demonstrações contábeis elaboradas pelas entidades de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 e das Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC que se referiam a um período ou a um exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008, primeiro ano de adoção do padrão contábil alinhado às *International Financial Reporting Standards*.

Esse CT abordava como os pareceres de auditoria deveriam tratar os temas de comparabilidade das demonstrações contábeis entre os exercícios, concessões especiais conferidas pela NBC TG 13, como a não reapresentação das cifras referentes

ao exercício anterior, para fins de comparação, a dispensa da necessidade da apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício anterior, e ajustes nas demonstrações contábeis do exercício anterior, apresentadas para fins de comparação, nos casos em que houve mudança de auditor. Essas orientações não alteraram o modelo e a estrutura do parecer do auditor independente, apenas trouxeram orientações acerca de como os referidos assuntos deveriam ser tratados no parecer de auditoria.

Em novembro de 2009, foi emitida a Resolução nº 1.231/09 no qual o CFC emitiu novas normas de auditoria (NBCs TA), convergidas com as normas internacionais de auditoria (ISAs). Essas normas trouxeram uma série de alterações, destacando-se, entre elas, a forma e o conteúdo do Relatório do Auditor Independente, anteriormente denominado Parecer do Auditor Independente, que passou a ser utilizado pelos auditores independentes para as auditorias de demonstrações contábeis dos exercícios findos em, ou a partir de, 31 de dezembro de 2010.

A grande alteração no formato do relatório de auditoria ocorreu a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, quando o CFC publicou o novo conjunto de Normas de Contabilidade de Auditoria Independente (NBC TA), incluindo a NBC TA 700, em 17 de junho de 2017, a qual dispõe a nova redação sobre a formação de opinião de emissão do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis. Essas normas adotadas a partir das ISAs foram traduzidas pelo Instituto dos Auditores Independentes (Ibracon) e aprovadas pelo CFC após audiência pública.

Além das diversas normas modificadas para atender aos requisitos do novo relatório de auditoria, a NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria Independente – foi a que mais trouxe impacto nesse contexto, por apresentar um conceito inédito. Essa norma trata da responsabilidade do auditor por comunicar os Principais Assuntos de Auditoria de acordo com seu julgamento. Essa norma define o que deve ser comunicado, sua forma e seu conteúdo.

A inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria fornece informações adicionais e importantes, uma vez que divulga claramente os assuntos que, na opinião do auditor, foram os de maior importância na realização dos trabalhos de auditoria.

O Anexo contém um modelo de relatório de auditoria independente de acordo com as novas NBC TAs.

### **2.2.2 Principais Assuntos de Auditoria**

A NBC TA 701 – Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria trata da responsabilidade do auditor em comunicar os principais assuntos de auditoria em seu relatório sobre as demonstrações contábeis, visando abordar o julgamento exercido pelo auditor sobre o que comunicar em seu relatório.

A comunicação dos principais assuntos de auditoria fornece informações adicionais aos usuários das demonstrações contábeis, para auxiliá-los a entender os assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os de maior importância na auditoria das demonstrações contábeis. E, também, podem ajudar os usuários a entender a entidade e as áreas que envolveram julgamento significativo da administração nas demonstrações contábeis auditadas.

Segundo a NBC TA 701,

***Principais assuntos de auditoria** são assuntos que, segundo o julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente. Os principais assuntos de auditoria são selecionados entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança (NBC TA 701, 2016, § 8).*

Os principais assuntos de auditoria são selecionados a partir dos assuntos comunicados aos responsáveis por governança, considerando os seguintes itens:

#### *a. Riscos significativos e aspectos com maior probabilidade de distorção relevante*

Áreas de julgamento significativo da administração e as transações significativas e não usuais podem, frequentemente, ser identificadas como riscos significativos. Riscos significativos, portanto, são áreas que frequentemente exigem atenção significativa do auditor.

Segundo a NBC TA 315(R1), Risco significativo é o risco de distorção relevante identificado e avaliado que, no julgamento do auditor, requer consideração especial na auditoria.

*b. Aspectos que requerem maior atenção por parte da administração (por exemplo, estimativas ou práticas contábeis críticas)*

Segundo a NBC TA 260, item 16(a), o auditor independente é requerido a comunicar aos responsáveis pela governança sua visão sobre aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da entidade, incluindo políticas e estimativas contábeis. Em vários casos, isso se refere às estimativas contábeis críticas (exemplos, mensuração de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, provisão para passivos contingentes, realização de créditos tributários, *impairment* de ágio, reconhecimento de receitas, avaliação de estoques, entre outros) que, provavelmente, é uma área de atenção significativa do auditor e, também, pode ser identificada como riscos significativos.

Segundo a NBC TA 540, estimativa contábil é a aproximação de um valor monetário na ausência de um meio de mensuração preciso. Esse termo é usado para um valor mensurado do valor justo, quando existe incerteza de estimativa, bem como para outros valores que requerem estimativas.

*c. Operações ou eventos significativos ocorridos durante o período de auditoria*

Eventos ou transações que tiverem tido efeito significativo sobre as demonstrações contábeis ou sobre a auditoria podem ser áreas de atenção significativa do auditor e podem ser identificados como riscos significativos. Por exemplo, transações significativas fora do curso normal dos negócios da entidade ou que pareçam não ser usuais, como uma combinação de negócios, podem ter ocasionado a determinação de julgamentos complexos em relação a seu reconhecimento e mensuração e, portanto, podem ter efeito significativo na estratégia do auditor.

Segundo a NBC TA 315 (R1), risco significativo é o risco de distorção relevante identificado e avaliado que, no julgamento do auditor, requer consideração especial na auditoria.

O auditor independente deve comunicar aos responsáveis pela governança (exemplo, comitê de auditoria, conselho de administração) os assuntos que ele tiver considerado como principais assuntos de auditoria.

### **2.3. Normas de Contabilidade e Auditoria Independente Relativas aos PAAs**

Existe um conjunto de Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) que devem ser observadas pelo auditor independente na condução dos trabalhos de auditoria. As seções a seguir abordam, de forma abrangente, exclusivamente aquelas normas que têm relação direta com os Principais Assuntos de Auditoria, como as comunicações requeridas junto aos responsáveis pela governança, o processo de identificação dos riscos significativos e o processo de auditoria sobre as estimativas contábeis.

#### **2.3.1 NBC TA 260 (R2): Comunicação com Responsáveis pela Governança**

A NBC TA 260 (R2) dispõe sobre a comunicação com os responsáveis pela governança. Devido à importância da efetiva comunicação recíproca na auditoria de demonstrações contábeis, essa norma fornece uma estrutura abrangente para a comunicação do auditor com os responsáveis pela governança e identifica alguns assuntos específicos a serem comunicados a eles.

Os assuntos a serem comunicados compreendem:

- Responsabilidade do auditor em relação à auditoria das demonstrações contábeis;

- Alcance e época planejados da auditoria, o que considera uma visão geral do alcance e da época planejados da auditoria, e inclui a comunicação de riscos significativos identificados pelo auditor;
- Constatação significativa decorrente da auditoria, que considera: (i) a visão do auditor sobre aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis da entidade, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgações nas demonstrações contábeis; (ii) dificuldades significativas, se houver, encontradas durante a auditoria; (iii) assuntos importantes decorrentes da auditoria que foram discutidos ou tratados por correspondência com a administração; (iv) representações formais (por escrito) exigidas pelo auditor; (v) circunstâncias que afetam a forma e o conteúdo do relatório do auditor, se houver; e (vi) quaisquer outros assuntos decorrentes da auditoria que, no julgamento profissional do auditor, sejam relevantes.
- Independência do auditor

### **2.3.2 NBC TA 315(R1): Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante**

Segundo a NBC TAC 315, o objetivo do auditor é identificar e avaliar os riscos de distorção relevante, nos níveis da demonstração contábil e das afirmações, por meio do entendimento da entidade e do seu ambiente, inclusive do controle interno da entidade, proporcionando, assim, uma base para o planejamento e a implementação das respostas aos riscos identificados de distorção relevante.

Com o propósito de identificar e avaliar os riscos de distorção relevante o auditor deve:

- a. identificar riscos ao longo de todo o processo de obtenção do entendimento da entidade e do seu ambiente, inclusive controles relevantes relacionados com os riscos, e considerando as classes de transações, saldos de contas e divulgações (incluindo os aspectos quantitativos ou qualitativos dessas divulgações) nas demonstrações contábeis;
- b. avaliar os riscos identificados e avaliar se eles se relacionam de forma generalizada às demonstrações contábeis como um todo e afetam potencialmente muitas afirmações;

- c. relacionar os riscos identificados àquilo que pode dar errado no nível da afirmação, levando em conta os controles relevantes que o auditor pretende testar; e
- d. considerar a probabilidade de distorção, inclusive a possibilidade de múltiplas distorções, e se a distorção potencial possa resultar em distorção relevante. (NBC TA 315, 2016).

Como parte da avaliação de riscos, o auditor deve determinar se qualquer um dos riscos identificados é, no seu julgamento, um risco significativo. Para essa determinação, o auditor deve considerar o seguinte:

- se o risco é um risco de fraude;
- se o risco está relacionado com recentes e significativos eventos de natureza econômica, contábil ou de outro tipo, e que, portanto, exijam atenção específica;
- a complexidade das transações;
- se o risco envolve transações significativas com partes relacionadas;
- o grau de subjetividade na mensuração das informações contábeis relacionadas ao risco, especialmente as mensurações que envolvam uma vasta gama de incerteza de mensuração; e
- se o risco envolve transações significativas que estejam fora do curso normal do negócio para a entidade ou que de outra forma pareçam não usual.

### **2.3.3 NBC TA 540: Auditoria de Estimativas Contábeis**

A NBC TA 540 trata da responsabilidade do auditor independente em relação a estimativas contábeis, incluindo estimativas contábeis do valor justo e respectivas divulgações em auditoria de demonstrações contábeis.

Alguns itens das demonstrações contábeis não podem ser mensurados com precisão, mas podem ser apenas estimados. A natureza e a confiabilidade das informações disponíveis para a administração, para suportar a elaboração de estimativa contábil variam, significativamente, afetando, dessa maneira, o grau de incerteza de



estimativa associado às estimativas contábeis. O grau de incerteza de estimativa, por sua vez, afeta os riscos de distorção relevante de estimativas contábeis.

Para os riscos de distorção relevantes identificados pelo auditor, esse deve determinar se a administração aplicou adequadamente as exigências da estrutura de relatório financeiro relevante para a estimativa contábil e se os métodos para elaborar as estimativas contábeis são apropriados e foram aplicados de maneira uniforme e se as mudanças, se houver, nas estimativas contábeis ou no método de elaboração usado no período anterior, são apropriados.

### **2.3.4 Riscos Inerentes e de Controles**

Segundo o *Audit Standard* No. 8 do PCAOB, o risco de um erro material em uma demonstração financeira consiste nos seguintes componentes:

Risco Inerente - se refere à suscetibilidade de uma afirmação a uma distorção, devido a erro ou fraude, que poderia ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, antes da consideração de quaisquer controles relacionados.

O risco inerente surge em consequência da natureza das operações, dos tipos de transações ou da natureza do saldo de contas.

O auditor avalia o nível de risco inerente com base em seu julgamento profissional, levando em conta fatores que afetam a existência de risco inerente e cuja ocorrência não pode ser controlada. Esses fatores podem ser (a) condições no ambiente que a empresa opera e (b) contas e transações específicas sujeitas ao exame de auditoria.

Condições do ambiente que influenciam o risco inerente podem ser:

- As condições econômicas e competitivas no setor ao qual a empresa (ou clientes) pertence (mudanças na tecnologia e práticas contábeis)
- As condições econômicas gerais (mudanças nas regulamentações estaduais, inflação, recessão)
- Natureza da entidade empresarial (características das instalações de produção, obsolescência técnica dos produtos ou serviços)
- Pressões incomuns na administração da empresa;

- Experiência, honestidade e conhecimento dos responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras.

Risco de controle é o risco de que uma distorção devida a erro ou fraude que poderia ocorrer em uma afirmação e que poderia ser relevante, individualmente ou em conjunto com outras distorções, não seja evitada ou detectada em tempo hábil pelo controle interno da empresa. O risco de controle é uma função da eficácia do desenho dos controles e da efetividade dos controles internos.

O risco inerente e o risco de controle estão relacionados à empresa, seu ambiente e seu controle interno, e o auditor avalia esses riscos com base nas evidências que obtém. O auditor avalia o risco inerente utilizando informações obtidas na execução de procedimentos de avaliação de risco e considerando as características das contas e divulgações nas demonstrações financeiras. O auditor avalia o risco de controle usando evidências obtidas em testes de controles.

Dessa forma, no processo de definição dos Principais Assuntos de Auditoria, o auditor considera os aspectos identificados na avaliações dos riscos inerentes e de controles.

## **2.4 Normas Contábeis**

### ***2.4.1 Convergência das Normas ao Padrão IFRS e Regulação nos Países Analisados***

As normas contábeis constituem um conjunto de regras e procedimentos de conduta que devem ser observados como requisitos para o exercício da profissão contábil, bem como os conceitos doutrinários, princípios, estrutura técnica e procedimentos a serem aplicados na realização dos trabalhos. Essas normas determinam as práticas contábeis que devem ser utilizadas na preparação das demonstrações contábeis.

Como consequência de uma maior transparência e da possibilidade de comparabilidade das demonstrações contábeis entre os diversos países, houve maior integração entre os mercados internacionais de capitais, com a adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Anteriormente, a comparabilidade das demonstrações contábeis não era uma tarefa fácil de se realizar devido às normas específicas aplicáveis em cada país.

A União Europeia (UE), com o objetivo de harmonizar as informações financeiras da maior parte das sociedades com os seus valores mobiliários admitidos à negociação nos mercados regulamentados de qualquer Estado-Membro e de assegurar um elevado grau de transparência e de comparabilidade das demonstrações contábeis veio, pelo Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu, obrigar as referidas sociedades a utilizarem as IAS, IFRS e SIC/IFRIC na elaboração das suas demonstrações contábeis consolidadas. Quando um novo padrão é emitido pelo IASB, a UE precisa endossá-lo antes de entrar em vigor.

O processo de endosso da UE de um novo padrão ou interpretação (ou uma mudança em um padrão ou interpretação existente das normas contábeis) tem um nível técnico e um nível político. As questões técnicas de cada norma ou interpretação nova ou alterada são considerados pelo *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG), que é um órgão do setor privado. O EFRAG faz recomendações ao Comitê de Regulamentação Contábil (*Accounting Regulatory Committee – ARC*), composto por representantes dos governos dos Estados-membros da UE e aconselha a Comissão. O Reino Unido é representado na ARC pelo Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial. A decisão final sobre o endosso é formalmente feita pela Comissão Europeia.

No Brasil, com a emissão da Resolução CFC nº 1.055/2005, de 07 de outubro de 2005, foi aprovada a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) que tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Pela Instrução CVM nº 457/07, passa a ser requerido que as demonstrações financeiras de companhias listadas em bolsa sejam preparadas de acordo com o padrão contábil internacional a partir de 2010.

Em Hong Kong, os Padrões de Relatórios Financeiros de Hong Kong foram totalmente convergidos nas IFRSs com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2005. Essa convergência surgiu de uma decisão do Conselho do Instituto de Contadores Públicos Certificados de Hong Kong em 2001, após ampla discussão com partes interessadas. As empresas nacionais cujos títulos são negociados em mercado público são obrigadas a adotar as Normas de Relatório Financeiro de Hong Kong ("HKFRS"), que são praticamente idênticas às normas IFRS.

#### ***2.4.2 Normas Internacionais de Reporte Financeiro***

Ao todo existem hoje em torno de quarenta e cinco normas emitidas pelo IAASB. Uma lista das referidas normas está incluída no Apêndice B.

Dentre as normas de auditoria elencadas no Apêndice B, uma breve reprodução dos principais parágrafos de determinadas normas que tratam de estimativas contábeis e julgamentos da administração, vigentes em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, aplicadas pelas companhias no processo de preparação das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é apresentado a seguir.

- **IAS 37/CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

As provisões são passivos de prazo ou valores incertos que devem ser reconhecidas quando, e apenas quando, (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não-formalizada) como resultado de um evento passado, (b) for provável (ou seja, mais provável que sim do que não) que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação e (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

O valor reconhecido como uma provisão deve ser a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar a obrigação presente é o valor que uma entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço ou para transferi-la para terceiros.

Um passivo contingente é: (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade; ou (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque: (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação, ou (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Uma entidade não deve reconhecer um passivo contingente. (CPC 25)

O IAS 37/CPC 25 exige que companhias realizem a estimativa de probabilidade de saída de recursos de caixa para liquidar obrigações e o respectivo montante de recursos que serão exigidos. Esse processo de estimativa envolve análises e julgamentos por parte da administração, os quais se baseiam em análises internas ou externas por meio de consultores jurídicos. Nesse caso, pode-se destacar as provisões relacionadas a passivos contingentes originados de discussões fiscais, cíveis e trabalhistas.

- IAS 36/CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos

O Pronunciamento define valor recuperável como o maior valor entre o preço líquido de venda do ativo e o seu valor em uso.

A melhor evidência do preço líquido de venda de ativos é obtida a partir de um contrato de venda formalizado. Caso não exista contrato formal, o preço poderá ser obtido a partir do valor de negociação em um mercado ativo, menos as despesas necessárias de venda. Se essas fontes também não estiverem disponíveis, o preço deve ser baseado na melhor informação disponível para refletir o valor que uma entidade possa obter, na data do balanço, para a alienação do ativo em negociação com parte conhecedora, interessada e independente, sem que corresponda a uma transação compulsória ou decorrente de um processo de liquidação, após deduzir as despesas da baixa. Ao determinar esse valor, a entidade pode considerar o resultado de transações recentes para ativos semelhantes, dentro do mesmo setor em que opera.

O valor em uso de ativos será estimado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

A estimativa de fluxos de caixa futuros deve ser baseada nas previsões e ou orçamentos aprovados pela administração da entidade, sendo recomendável adotar um período de cinco anos. Períodos mais longos devem ser evitados pelo grau de incerteza contido nas premissas; entretanto, poderão ser aceitos desde que justificados. (CPC 01(R1))

Determinados ativos não financeiros, como bens tangíveis (ex.: imóveis, equipamentos etc.) podem não ter seus valores de mercado prontamente disponíveis para a avaliação de existência de *impairment* pela ausência de mercado ativo e regular sobre esses bens. Da mesma forma, o processo de avaliação de *impairment* de bens intangíveis como carteira de clientes e direitos de uso e ágio (“*goodwill*”), requerem o emprego de metodologias (ex.: valor em uso, fluxo de caixa descontado) e premissas (ex.: taxa de crescimento, taxa de juros, taxa de desconto, expectativa de vendas, entre outros) pela administração das companhias no processo de mensuração do fluxo de caixa futuro a ser gerado pelos respectivos ativos.

- IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração

Segundo o IAS 39/CPC 38, a entidade deve avaliar, ao final de cada exercício, se existem evidências de que houve perda no valor recuperável de seus ativos financeiros. Se houver evidência de que tais perdas existem, o Pronunciamento estabelece critérios para o teste de perda ao valor recuperável.

Se existir evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável em empréstimos e contas a receber ou investimentos mantidos até o vencimento contabilizado pelo custo amortizado, a quantia da perda é medida como a diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras em que não se tenha incorrido), descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro (i.e., a taxa efetiva de juros calculada no reconhecimento inicial). A quantia escriturada do ativo deve ser baixada diretamente ou por meio do uso de conta redutora. A quantia da perda deve ser reconhecida no resultado. (CPC 38)

A avaliação de perda do valor recuperável dos ativos financeiros, como empréstimos e recebíveis, e títulos e valores mobiliários (ex. títulos de dívida – debêntures, *eurobonds*, letras financeiras e títulos de patrimônio – ações) requer o julgamento por parte da administração sobre a ocorrência de um evento de perda e seu respectivo montante na data do reporte financeiro. Esse processo demanda a avaliação de análises de perdas históricas, condições atuais e projeções futuras de estimativas de recuperação de caixa, bem como a avaliação do valor de realização de garantias, caso existentes.

## IAS 13/CPC 46 – Mensuração a Valor Justo

O Pronunciamento define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A entidade deve utilizar técnicas de avaliação que sejam apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

O objetivo de utilizar uma técnica de avaliação é estimar o preço pelo qual uma transação não forçada para a venda do ativo ou para a transferência do passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração nas condições atuais de mercado. Três técnicas de avaliação amplamente utilizadas são (i) abordagem de mercado, (ii) abordagem de custo e (iii) abordagem de receita. (CPC 46)

O IFRS 13/CPC 46 trata das metodologias que devem ser empregadas no processo de avaliação e definição de valor justos de ativos e passivos a ser aplicado em diversos IFRS que requerem mensuração do valor justo ou de realização, seja para o respectivo reconhecimento nas demonstrações financeiras ou apenas para avaliação da existência de *impairment* de ativos financeiros.

- IFRS 4/CPC 11 – Contratos de Seguros

A seguradora deve avaliar, a cada data de balanço, se seu passivo por contrato de seguro está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor do passivo por contrato de seguro (menos as despesas de comercialização diferidas relacionadas e ativos intangíveis relacionados, como os discutidos nos itens 31 e 32) está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, toda a deficiência deve ser reconhecida no resultado.

Se a seguradora aplicar um teste de adequação de passivo que atenda aos requisitos mínimos especificados, este Pronunciamento não impõe novas exigências. Os requisitos mínimos são: (a) o teste deve considerar estimativas correntes para todo o fluxo de caixa contratual e os fluxos de caixa relacionados, como os custos de regulação de sinistros, assim como os fluxos de caixa resultantes de opções embutidas e garantias; e (b) se o teste demonstrar que o passivo está inadequado, toda a deficiência deve ser reconhecida no resultado. (CPC 11)

No caso de operações de seguros, as companhias são requeridas a efetuar estimativas correntes de fluxos de caixa futuros originadas dos contratos de seguro que serão reconhecidas como passivos.

## **2.5 Riscos de Impactos nos Demonstrativos Financeiros**

O risco é um elemento que existe em todas as atividades. Englobam o conceito de risco todos os riscos financeiros e não financeiros que as companhias enfrentam e consideram que o risco pode ser entendido como a incerteza quanto ao montante de resultados associado tanto à potencialidade de ganho como a exposição à perda.

### **2.5.1 Riscos do Setor Bancário**

A atividade bancária, pela sua natureza, implica a exposição da instituição a diversos tipos de riscos.

Segundo Amaral (2015, p. 37-38), os riscos financeiros podem ser divididos entre Risco de Crédito (inadimplência, concentração, garantias), Risco de Mercado (taxa de juros, taxa de câmbio, preços/cotações, risco imobiliário) e Risco de Liquidez (fluxos de caixa, concentração). O risco de crédito é considerado como o principal risco subjacente à atividade bancária, sendo que a sua gestão consiste na execução de estratégias de maximização de resultados face à exposição aos riscos assumidos nas operações de crédito concedidas, respeitando sempre as exigências regulamentares dos supervisores.

O IASB, na Norma Internacional de Relatório Financeiro – IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações (IFRS 7, 2005: Apêndice A) define o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação, provocando desse modo uma perda financeira para o outro participante.



### **2.5.2 Riscos do Setor de Seguros**

Segundo pesquisa realizada pela PricewaterhouseCoopers (2017), junto a executivos do setor no Brasil, o principal risco está relacionado ao desempenho dos investimentos. Ou seja, está-se falando do Risco de Mercado, que representa o risco derivado de potenciais perdas nas carteiras de negócios e investimentos, decorrentes de alterações às condições econômicas e financeiras do mercado, como mudanças adversas nas taxas de mercado e preços, como taxas de juros, de câmbio, preços de mercadorias, cotações de ações. Esses negócios e investimentos representam os ativos que suportam os potenciais riscos e obrigações advindos das atividades de seguros.

### **2.5.2 Riscos do Setor de Varejo**

O setor de varejo está exposto, como qualquer outro segmento, aos mesmos riscos de crédito, de Liquidez e de Mercado, porém esses riscos são os riscos financeiros. No caso do segmento de varejo, o risco de perda e obsolescência dos estoques têm impacto relevante nas atividades.

## **2.6 Estudos Anteriores sobre Principais Assuntos de Auditoria**

Devido à alteração normativa recente que determinou a obrigatoriedade de inclusão dos Principais Assuntos de Auditoria no relatório do auditor, há poucos estudos publicados sobre os impactos dos PAAs em diversos aspectos do mercado de capitais, sendo alguns deles estudos técnicos (FRC, 2015, 2016; IBGC, 2017) e outros estudos acadêmicos (BEDARD et al, 2014; SIROIS et al, 2014; CARDO e FULOP, 2015; SEGAL, 2017; LI, HAY e LAU, 2018; LENNOX et al, 2018; MATOS e CARDOSO, 2017).

O FRC publicou em março de 2015 uma pesquisa sobre o primeiro ano de adoção do novo formato do relatório de auditoria no Reino Unido e confirmou que os auditores pareciam não apenas ter cumprido as novas exigências, mas em muitos casos tinham efetuado mudanças, às vezes bastante radicais, nos relatórios do auditor, indo além das mudanças exigidas pelo FRC. Uma conclusão específica da pesquisa foi que cada uma das empresas de auditoria adotou diferentes abordagens para o relatório de auditoria e, portanto, foram inovadoras de diferentes maneiras.

O FRC publicou, em janeiro de 2016, a 2ª versão de sua análise acerca da implantação do relatório de auditoria estendido, com base em revisão de cerca de 80% das maiores empresas listadas em sua jurisdição, descrevendo os principais itens reportados pelas empresas de auditoria, as oportunidades de melhoria, as tendências e aprendizados verificados em relação ao ano anterior e a percepção dos usuários das demonstrações financeiras quanto ao novo *framework* relativo ao ambiente de auditoria no Reino Unido. Uma das questões chave discutidas foi que os investidores veem com bons olhos o novo relatório dos auditores, valorizam as informações adicionais divulgadas, principalmente para empresas para as quais se tem poucas fontes alternativas de informação.

O material publicado pelo IBGC (2017) destaca a importância do novo relatório do auditor como aprimoramento das informações sobre o processo de auditoria das demonstrações financeiras às partes interessadas (*stakeholders*) e, por conseguinte, da informação disponível para análise e tomada de decisões por usuários.

Bedard et al (2014), que analisaram a inclusão dos JOAs – *Justification of Assessments*, similares ao PAAs, nos relatórios de auditoria emitidos entre 2003 e 2011 na França (mandatórios desde 2003), concluíram que o mercado não reagiu à alteração do modelo de relatório, não tendo sido identificada relação entre os JOAs e um incremento da qualidade de auditoria, nem um impacto sobre os honorários de auditoria.

Sirois et al (2014) realizaram experimento com 98 estudantes de pós-graduação no papel de investidores não profissionais e apresentaram evidências de que a inclusão de PAAs no relatório dos auditores não afeta a percepção do usuário quanto à qualidade da auditoria. Também concluem que um assunto tratado como PAA altera a forma como o usuário lê as demonstrações financeiras, indo mais diretamente e dando mais atenção

à divulgação relacionada ao item crítico reportado pelo auditor, e que o número maior de assuntos tratados como PAAs reduz a dedicação do usuário à análise das áreas não reportadas no relatório de auditoria.

Cardo e Fulop (2015) realizaram um estudo com o objetivo de investigar se os usuários dos relatórios de auditoria concordavam com a proposta de inclusão da nova seção PAAs proposta pela IAASB. A maioria das respostas sobre a introdução de PAAs no relatório de auditoria era favorável, com mais de 87% de concordância. Enquanto muitos concordaram com a proposta do IAASB, quase 50% das respostas tinham pequenas preocupações em relação à implementação ou acreditavam que o órgão regulador ainda teria que envidar esforços para fornecer uma adequada estrutura para guiar o julgamento do auditor na determinação dos PAAs.

A pesquisa de Segal (2017) se limitou a questões literárias e concluiu que os auditores, de forma a evitar a divulgação de assuntos importantes de auditoria, passaram a emitir relatórios de auditoria longos e padronizados (*boiler plate*), de forma a mitigar riscos potenciais. Outra conclusão da pesquisa é o destaque aos procedimentos realizados pelos auditores e às possíveis suposições efetuadas, de forma que, indiretamente, sejam divulgados quais procedimentos não foram executados pelos auditores, o que poderia gerar questionamentos por parte de potenciais investidores e usuários das demonstrações financeiras sobre o que normalmente seria esperado dos trabalhos de auditoria.

Li, Hay e Lau (2018) analisaram o impacto da inclusão dos PAAs na qualidade da auditoria e nos honorários de auditoria. Usando uma amostra de empresas listadas na Nova Zelândia, concluíram sobre a melhoria na qualidade da auditoria e no aumento dos honorários de auditoria. Este resultado confirmou o argumento de que as revisões dos padrões de relatórios de auditoria alcançou o benefício pretendido de melhora na qualidade de auditoria; no entanto, o aumento nos honorários de auditoria suporta o argumento de que a implementação dos novos padrões de auditoria pode ser onerosa.

Lennox et al (2018) investigam se a adoção de um modelo expandido de relatório de auditoria no Reino Unido é informativo para os investidores. Usando testes de estudo

de evento de janela curta, concluíram que as divulgações de risco dos auditores são incrementalmente informativas. Análises adicionais usando testes de janela longa sugerem que a falta de conteúdo informacional é atribuível ao fato de que os investidores já estavam informados sobre os riscos antes que o relatório de auditoria fosse divulgado, ou seja, os investidores já conheciam os riscos antes que os riscos fossem divulgados pelos auditores. Além disso, concluíram que aproximadamente dois terços dos riscos já haviam sido divulgados pelas empresas antes da emissão do relatório do auditor.

Matos e Cardoso (2017), mediante pesquisa realizada com 169 pessoas, concluíram que o fato de o auditor reportar somente os procedimentos efetuados nas áreas que incluiu como PAAs em seu relatório leva o investidor a perceber menor qualidade nas demonstrações financeiras e no trabalho de auditoria do que quando o auditor reporta também os *findings* resultantes da aplicação desses procedimentos de auditoria. Também foi demonstrado no estudo que a presença de parágrafos de PAAs descrevendo áreas em que o auditor dedicou maior atenção devido à complexidade das transações, julgamentos da administração ou riscos envolvidos, serviu como direcionador para a leitura das demonstrações financeiras pelos investidores.

### 3 METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir os objetivos inicialmente propostos, torna-se necessário definir qual a metodologia a adotar. Em uma primeira fase, a investigação é suportada por artigos, pesquisas, normativos emitidos por diversos órgãos reguladores da profissão de auditoria, pronunciamentos contábeis, obras literárias, entre outros.

Em uma fase posterior, é efetuada a análise qualitativa e quantitativa dos dados obtidos nos relatórios de auditoria relacionados aos Principais Assuntos de Auditoria de companhias listadas no Brasil, Reino Unido e Hong Kong, e sua comparação com as demais empresas do mesmo segmento.

Do ponto de vista do tipo de método empregado, trata-se de uma pesquisa descritiva de natureza exploratória, uma vez que seu objetivo é identificar os tipos de PAAs reportados por setor e efetuar uma comparação entre países.

Para analisar a hipótese da pesquisa, foi composta uma amostra das dez maiores companhias (com base no *market capitalization* de 21 de fevereiro de 2018) dos setores bancário, de seguros e de varejo, listadas nas bolsas de valores mobiliários do Brasil, Reino Unido e de Hong Kong. Uma lista das empresas analisadas por país é apresentada no Apêndice A.

Esta pesquisa limita-se a analisar os relatórios de auditoria de empresas listadas em bolsas de valores localizadas em determinados países, onde é requerido o modelo do novo relatório de auditoria, segundo as normas internacionais de auditoria (ISA 700) do IFAC e nos quais os padrões contábeis aplicados na elaboração das demonstrações financeiras seguem as IFRS (*International Financial Reporting Standards*). No caso específico, foi escolhido um país da região das Américas (Brasil), da Europa (Reino Unido) e da Ásia (Hong Kong).

Os setores foram definidos por conveniência, procurando abranger setores regulados (bancos e seguros) e não regulados (varejo), e que tivessem um número razoável de empresas listadas em bolsa no Brasil.

A parte empírica da pesquisa foi implementada a partir dos relatórios de auditoria, das demonstrações financeiras e das notas explicativas disponibilizadas no relatório anual de 2016 das empresas analisadas, obtidos nos respectivos websites.

Com base nas informações obtidas dos sites, foi elaborado um banco de dados que contém a classificação setorial, o nome da empresa de auditoria e as informações contidas no relatório de auditoria, incluindo quantidade de PAAs e respectiva classificação dos PAAs por natureza.

Quando da coleta dos relatórios anuais das empresas selecionadas, foi verificada, em determinados casos pontuais, a inexistência de demonstrações contábeis disponíveis para análise, bem como alguns casos em que o respectivo relatório de auditoria não continha a seção Principais Assuntos de Auditoria. Nesses casos, para que o tamanho da amostra fosse preservado, foi selecionada uma nova empresa (subsequente às 10 maiores segundo o *market capitalization*) na lista das entidades de cada setor listadas nas bolsas de valores selecionadas. Assim, com exceção do setor de seguros brasileiro, que só tinha 7 empresas, foi mantido o tamanho da amostra em 10 empresas por segmento por país.

Com isso, a amostra deste estudo é constituída por 10 empresas de três setores e três país (com exceção do setor de seguros do Brasil, que tem apenas 7 empresas), chegando a 30 empresas por setor e por país (com exceção do setor de seguros e do Brasil, os quais totalizam 27 empresas), e a amostra total de 87 empresas.

No caso das empresas brasileiras identificadas como segmento de seguros, verificou-se que duas das entidades correspondiam a empresas de corretagem de seguros e não seguradoras. Para evitar possíveis distorções na análise, essas foram excluídas do Gráfico 9: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Brasil, incluído no Capítulo 4 – Resultados.

A análise dos dados foi efetuada mediante instrumentos de estatística descritiva, incluindo tabelas e gráficos.

## 4 RESULTADOS

Conforme descrito na seção anterior, com base nos relatórios de auditoria emitidos sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 de dez companhias listadas de cada segmento analisado, foi efetuado o mapeamento dos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) por natureza, incluído nos respectivos relatórios.

Primeiramente, os PAAs são analisados de forma consolidada, sem sua separação por segmento de negócio. A seguir, os PAAs são analisados por segmento de negócio, bem como é efetuada a comparação do comportamento dos PAAs entre os países e dos diversos segmentos dentro do mesmo país.

### 4.1. Análise Consolidada dos Principais Assuntos de Auditoria entre os Países

A Tabela 1 e o Gráfico 1 apresentam a frequência de cada natureza de PAAs entre os países. No Brasil, aparecem com maior frequência (i) provisão para perdas em empréstimos e recebíveis (13 empresas); (ii) provisões e passivos contingentes (13 empresas); e (iii) valor recuperável de crédito tributário e tributos diferidos (12 empresas). No Reino Unido, os PAAs mais frequentes entre as empresas são: (i) provisão para perdas em empréstimos e recebíveis (14 empresas); (ii) reconhecimento de receita (14 empresas); e (iii) *impairment* de ativos não financeiros (12 empresas). Já em Hong Kong aparecem com maior frequência: (i) provisão para perdas em empréstimos e recebíveis (12 empresas); (ii) mensuração a valor justo (10 empresas); e (iii) provisões técnicas de seguros (9 empresas).

Pode-se notar que três assuntos de auditoria aparecem fortemente nos três países analisados: (i) o item provisão para perdas em empréstimos e recebíveis está entre os dois primeiros lugares em todos os países analisados; (ii) o item mensuração a valor justo também aparece em frequência similar entre os países (entre 9-10 empresas);

e (iii) o item *impairment* de ativos não financeiros também aparece com grande frequência (entre 8-12 empresas).

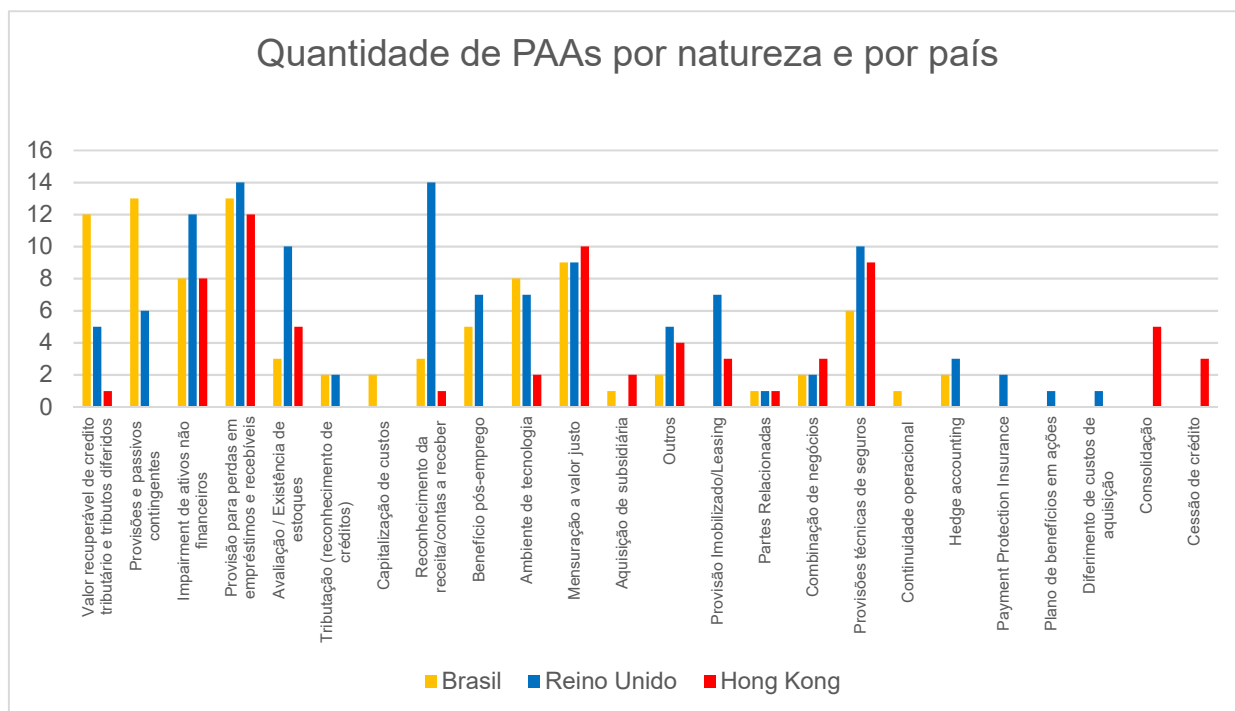
No entanto, os demais assuntos de auditoria apresentam comportamento bastante diverso entre os mercados analisados, o que remete a necessidade de se efetuar uma análise por setor.

Tabela 1: Quantidade de PAAs por Natureza e por País

Principais Assuntos de Auditoria	Brasil	Reino Unido	Hong Kong
Valor recuperável de crédito tributário e tributos diferidos	12	5	1
Provisões e passivos contingentes	13	6	-
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	8	12	8
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	13	14	12
Avaliação / Existência de estoques	3	10	5
Tributação (reconhecimento de créditos)	2	2	-
Capitalização de custos	2	-	-
Reconhecimento de receita/contas a receber	3	14	1
Benefício pós-emprego	5	7	-
Ambiente de tecnologia	8	7	2
Mensuração a valor justo	9	9	10
Aquisição de subsidiária	1	-	2
Outros	2	5	4
Provisão Imobilizado/Leasing	-	7	3
Partes relacionadas	1	1	1
Combinação de negócios	2	2	3
Provisões técnicas de seguros	6	10	9
Continuidade operacional	1	-	-
<i>Hedge accounting</i>	2	3	-
<i>Payment Protection Insurance</i>	-	2	-
Plano de benefícios em ações	-	1	-
Diferimento de custos de aquisição	-	1	-
Consolidação	-	-	5
Cessão de crédito	-	-	3
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>118</b>	<b>69</b>



Gráfico 1: Quantidade de PAAs por Natureza e por País



## 4.2. Análise dos Principais Assuntos de Auditoria por Setor

### 4.2.1 Principais Assuntos de Auditoria do Setor Bancário

#### 4.2.1.1 Setor Bancário: Brasil

Com base na análise das informações obtidas (Tabela 2 e Gráficos 2 e 3), pode-se verificar a existência de um padrão na natureza dos PAAs apresentado nos relatórios de auditoria do segmento bancário no Brasil. Os principais PAAs identificados foram: (i) provisão para perdas em empréstimos e recebíveis; (ii) provisão e passivos contingentes; (iii) valor recuperável de crédito tributário; (iv) ambiente de tecnologia; e (v) mensuração ao valor justo de instrumentos financeiros, os quais foram identificados em pelo menos 60% dos bancos analisados.

Tabela 2: Natureza dos PAAs do Segmento Bancário no Brasil

Natureza dos PAAs	Quantidade	% de empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria	Ocorrência de cada tipo de PAA (quant. PAAs por tipo / total de PAAs)
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	10	100%	20%
Provisões e passivos contingentes	7	70%	14%
Valor recuperável de crédito tributário	7	70%	14%
Ambiente de Tecnologia	7	70%	14%
Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	6	60%	12%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	4	40%	8%
Benefício pós-emprego	4	40%	8%
Combinação de negócios	2	20%	4%
<i>Hedge Accounting</i>	2	20%	4%
Provisões técnicas de seguros	1	10%	2%
Partes Relacionadas	1	10%	2%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>51</b>	-	100%
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>5</b>		

Gráfico 2: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Setor Bancário – Brasil

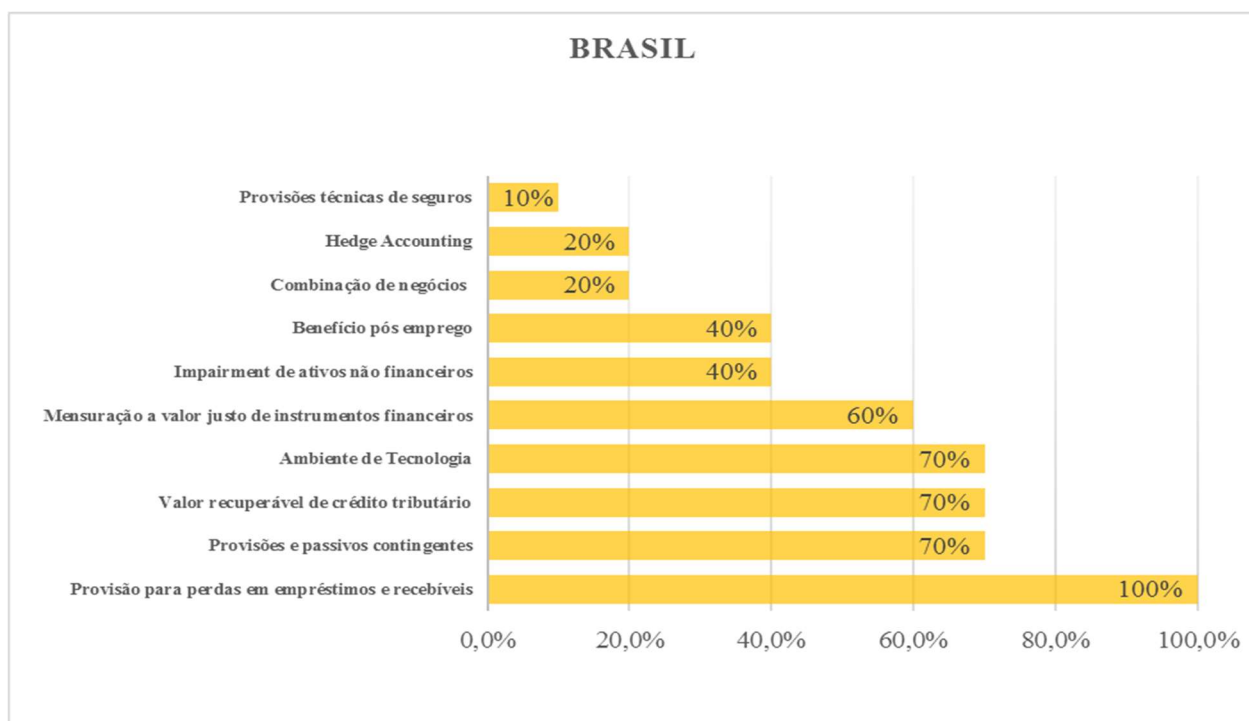
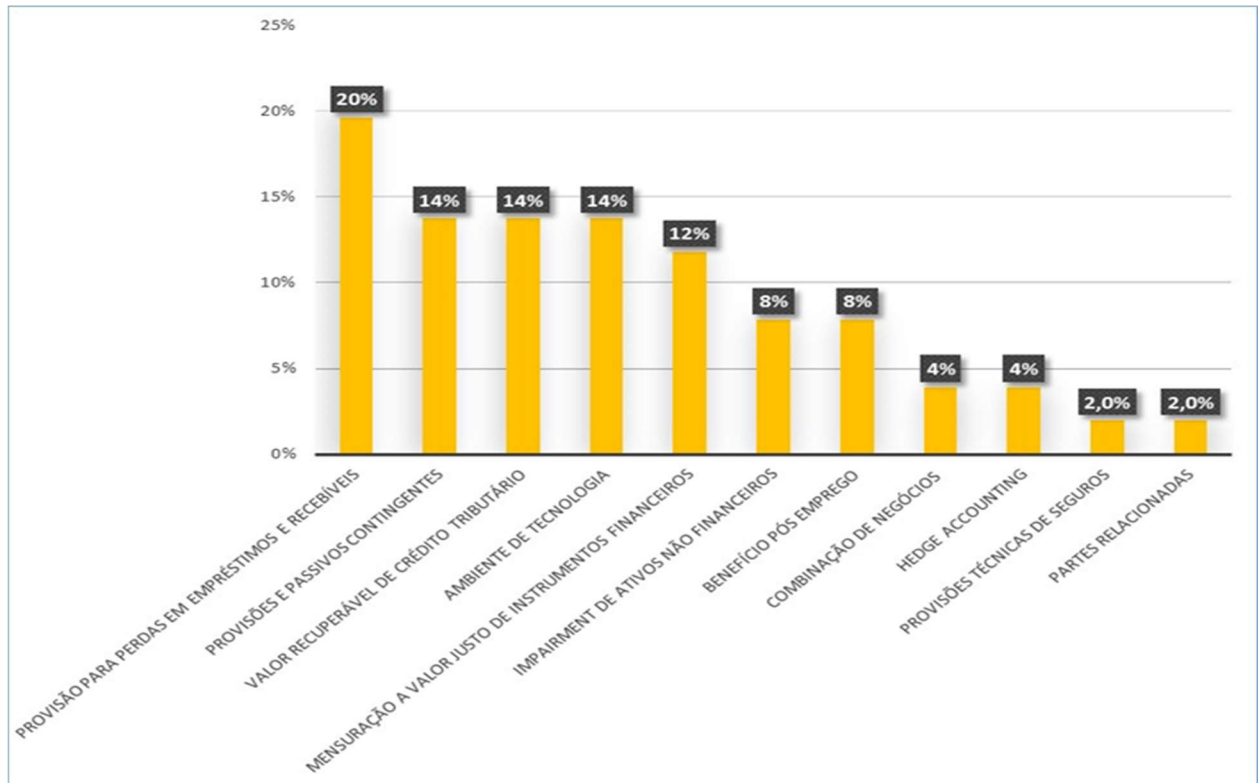


Gráfico 3: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento Bancário – Brasil



Com exceção do PAA de ambiente de tecnologia, todos os demais estão relacionados com estimativas contábeis críticas, que requerem um processo de avaliação de estimativas, uma vez que não podem ser mensuradas com precisão. Ou seja, a natureza e a confiabilidade das informações disponíveis da administração para suportar a elaboração dessas estimativas contábeis variam significativamente, afetando o grau de incerteza associado às estimativas contábeis, e, portanto, envolvendo um elevado risco de distorção nas demonstrações financeiras, o que justificaria sua identificação como PAAs nos relatórios dos auditores independentes.

Quando foram analisados os tipos de riscos da atividade bancária, foi possível destacar os riscos de crédito e de mercado. O risco de crédito é o risco mais importante do segmento bancário, o qual é definido pelo risco de a contraparte não cumprir o pagamento de suas obrigações, o que justifica sua inclusão em 100% dos bancos da amostra, mediante a análise da provisão para perdas em empréstimos e recebíveis. O risco de mercado representa o risco de perda decorrente das mudanças adversas nas

taxas de mercado e preços, como taxas de juros, de câmbio, preços de mercadorias, ou cotações de instrumentos financeiros (ex.: ações, títulos de dívida, entre outros), o qual impacta diretamente a mensuração do valor de realização dos instrumentos financeiros e justifica o fato de a mensuração a valor justo de instrumentos financeiros ter sido reportada como um dos PAAs por 60% dos bancos analisados.

Quanto ao ambiente de tecnologia, atualmente é clara a dependência tecnológica de empresas do segmento bancário na condução contínua de seus negócios, seja no contexto das atividades operacionais, de *back-office*, ou na realização de suas transações, o que justifica sua inclusão de forma representativa, em cerca de 70% dos relatórios analisados. O risco operacional relacionado a falhas da inadequação de processos, pessoas e, principalmente, sistemas de informação, é relevante na continuidade e crescimento do negócio bancário. As operações que antes exigiam a presença do cliente em uma agência bancária já podem ser realizadas em tempo real e de forma segura a partir de quase todo tipo de dispositivo eletrônico.

Importante destacar também que o ambiente bancário no Brasil é altamente regulamentado e supervisionado pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil (Bacen), o qual, além de normatizar o padrão contábil mediante o Cosif, também estabelece regras específicas para o registro e manutenção de créditos tributários pelas instituições financeiras, o que justificaria sua inclusão em 70% dos relatórios analisados.

Conforme apresentado no Gráfico 3, os cinco PAAs que foram incluídos de forma relevante nos relatórios de auditoria representam, de forma agregada, 73% do total de PAAs reportados pelos bancos da amostra.

#### *4.2.1.2 Setor Bancário: Reino Unido*

Quando foram analisados os dados do segmento bancário no Reino Unido (Tabela 3 e Gráficos 4 e 5), verificou-se também que naquele mercado existe um padrão de natureza dos PAAs apresentados nos relatórios de auditoria nos bancos analisados. Os principais PAAs identificados foram: (i) provisão para perdas em empréstimos e

recebíveis; (ii) provisão e passivos contingentes; (iii) ambiente de tecnologia; (iv) *impairment* de ativos não financeiros; (v) reconhecimento de receita; e (vi) valor recuperável de crédito tributário; os quais foram identificados em mais de 50% dos relatórios analisados.

Tabela 3: Natureza dos PAAs do Segmento Bancário no Reino Unido

Natureza dos PAAs	Quantidade	% de empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria	Ocorrência de cada tipo de PAA (quant. PAAs por tipo / total de PAAs)
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	10	100%	20%
Provisões e passivos contingentes	5	50%	10%
Ambiente de Tecnologia	5	50%	10%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	5	50%	10%
Reconhecimento de receita	5	50%	10%
Valor recuperável de crédito tributário	5	50%	10%
Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	4	40%	8%
<i>Hedge accounting</i>	3	30%	6%
Benefício pós-emprego	3	30%	6%
Seguro proteção de crédito	2	20%	4%
Outros	2	20%	4%
Tributação (diversas subsidiárias)	1	10%	2%
Combinação de negócios	1	10%	2%
Provisões legais / técnicas	1	10%	2%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>50</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>5</b>		

Com exceção do PAA de ambiente de tecnologia, todos os demais estão relacionados com estimativas contábeis críticas que requerem um processo de avaliação de estimativas que envolvem um grau de incerteza e, portanto, um grau elevado de risco de distorção nas demonstrações financeiras, o que justifica seu apontamento com PAAs pelos auditores independentes.

No caso do PAA relacionado a reconhecimento de receita, verificou-se pela leitura dos relatórios de auditoria e das demonstrações financeiras, que o cálculo da taxa efetiva de juros incorpora elementos de julgamento e estimativas, como o prazo de repagamento dos empréstimos, que impactam de forma relevante o reconhecimento da

receita de juros e, por isso, foram considerados com um dos PAAs em 50% dos bancos analisados.

Gráfico 4: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento Bancário – Reino Unido

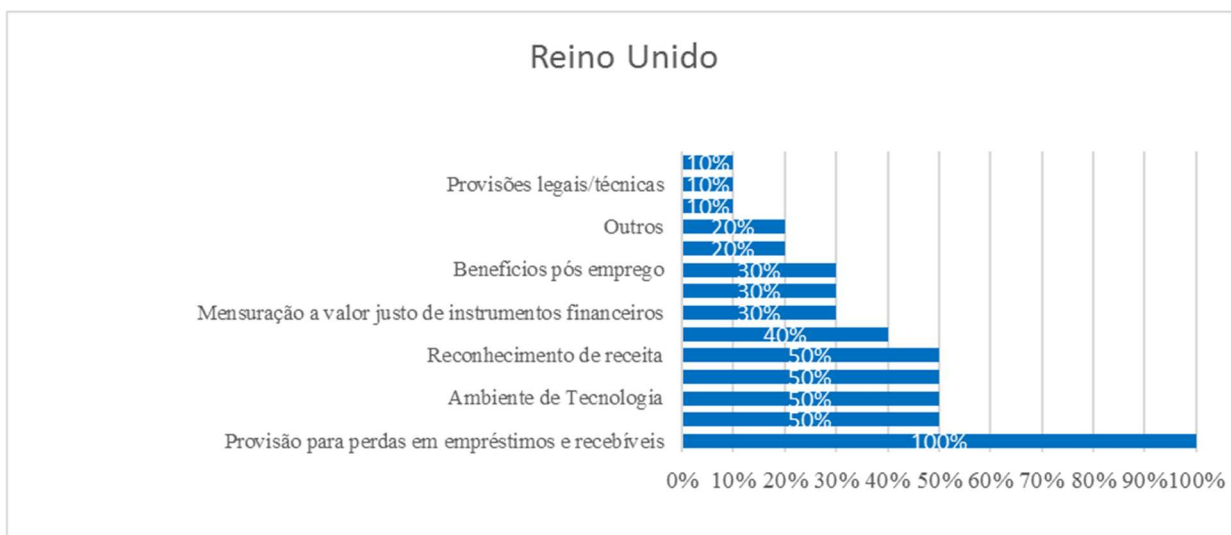
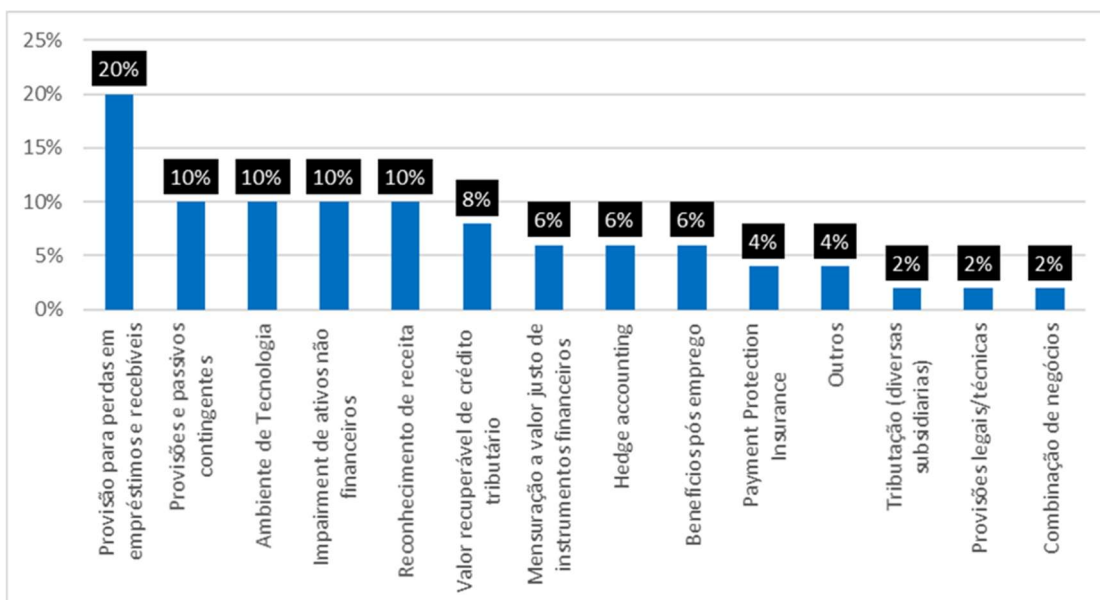


Gráfico 5: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento Bancário – Reino Unido



Outro aspecto identificado como PAAs foi o *impairment* de ativos não financeiros, relacionado substancialmente à análise de *impairment* de *goodwill* e investimento em subsidiárias.

Conforme apresentado no Gráfico 5, os cinco PAAs que foram incluídos de forma relevante nos relatórios de auditoria representam, de forma agregada, 60% do total de PAAs analisados.

#### 4.2.1.3 Setor Bancário: Hong Kong

Pela análise dos dados do segmento bancário de Hong Kong (Tabela 4 e Gráficos 6 e 7), verifica-se que também naquele mercado existe um padrão na natureza dos PAAs apresentados nos relatórios de auditoria nos bancos analisados, embora não tão consolidado como o identificado no Brasil e no Reino Unido. Os principais PAAs identificados foram: (i) provisão para perdas em empréstimos e recebíveis; (ii) consolidação; e (iii) mensuração a valor justo, os quais foram identificados em mais de 40% dos relatórios analisados.

Diferentemente do Brasil e do Reino Unido, destaca-se a inclusão do PAA de Consolidação. Com base na análise dos relatórios de auditoria, verificou-se que os bancos chineses possuem participação em várias entidades estruturadas, o que requer uma análise detalhada sobre o requerimento de consolidação ou não dessas entidades. Importante destacar que os oito maiores bancos do mundo em 2016 encontram-se na China, segundo o ranking Forbes Global 2000, que mede anualmente as maiores empresas cotadas em bolsa, avaliando suas vendas, lucros, ativos e capitalização de mercado. Nesse contexto, é esperado um nível maior de entidades controladas, subsidiárias, *joint ventures* e outros veículos de participação em investimentos que demandem uma análise específica por parte da administração quanto ao critério de reconhecimento desses investimentos.

Conforme apresentado no Gráfico 7, os três PAAs que foram incluídos de forma relevante nos relatórios de auditoria representam, de forma agregada, 61% do total de PAAs analisados.

Tabela 4: Natureza dos PAAs do Segmento Bancário em Hong Kong

Natureza dos PAAs	Quantidade	% de empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria	Ocorrência de cada tipo de PAA (quant. PAAs por tipo / total de PAAs)
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	10	100%	32%
Consolidação	5	50%	16%
Mensuração a valor justo	4	40%	13%
Cessão de crédito	3	30%	10%
Provisões técnicas de seguros	2	20%	6%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	2	20%	6%
Valor recuperável de crédito tributário	1	10%	3%
Partes relacionadas	1	10%	3%
Classificação de instrumentos financeiros	1	10%	3%
Outros	1	10%	3%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>31</b>	-	100%
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>3</b>		

Gráfico 6: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento Bancário – Hong Kong

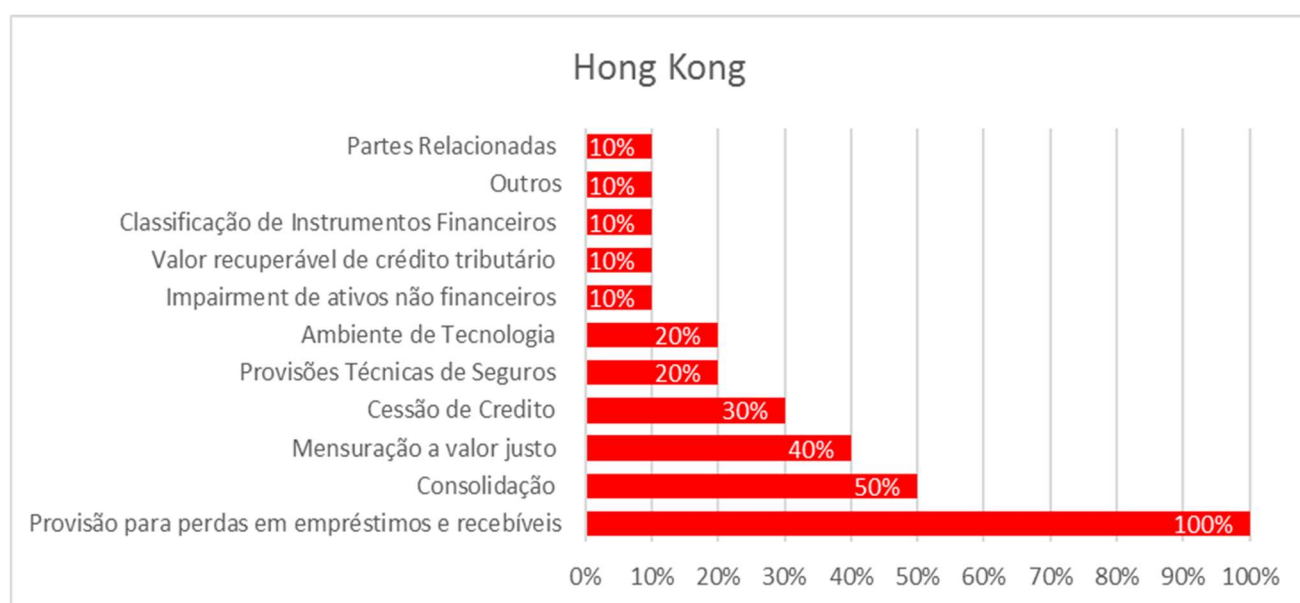
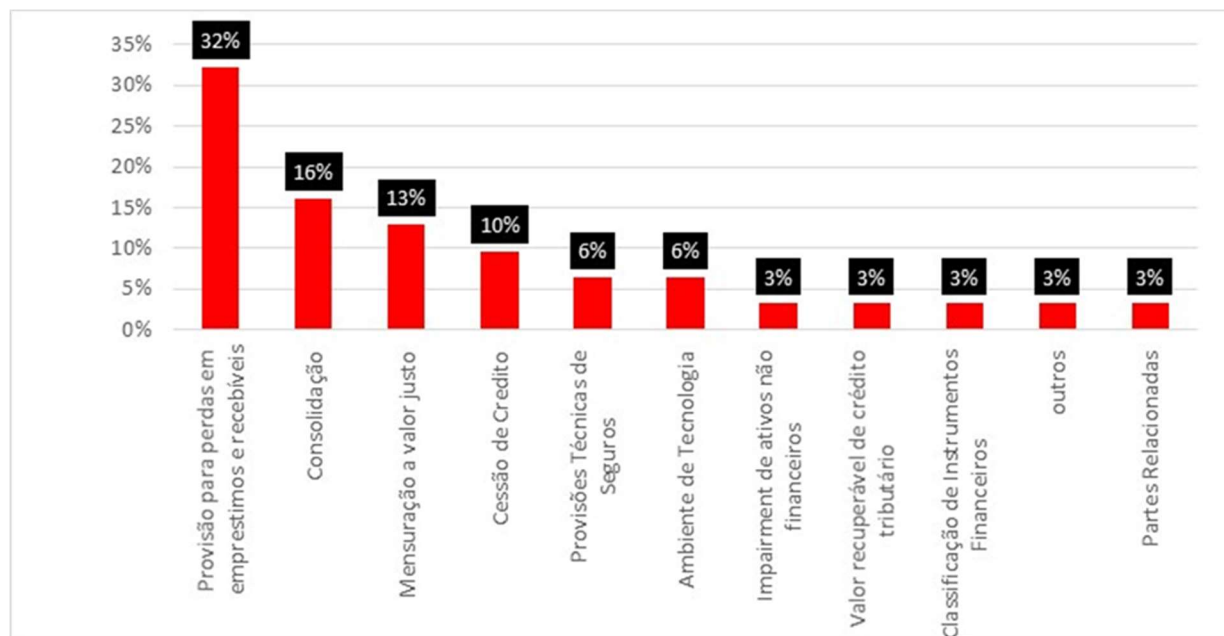




Gráfico 7: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza/ quant. total de PAAs) – Segmento Bancário – Hong Kong



#### 4.2.1.4 Setor Bancário – Comparação entre os Países

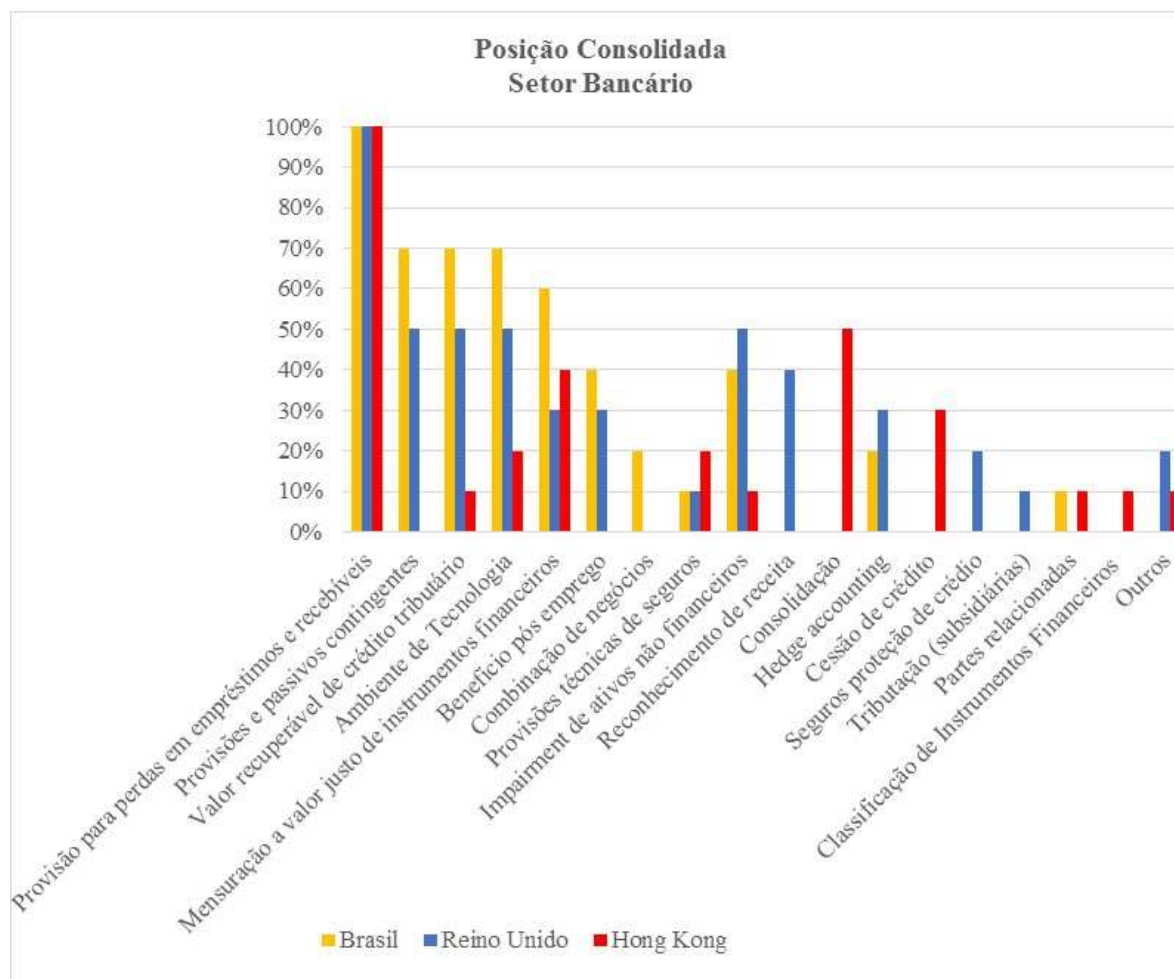
Tabela 5: Setor Bancário – Comparação entre os Países (% de empresas com cada tipo de PAA)  
(continua)

Principais assuntos de auditoria	Brasil	Reino Unido	Hong Kong
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	100%	100%	100%
Provisões e passivos contingentes	70%	50%	-
Valor recuperável de crédito tributário	70%	50%	10%
Ambiente de Tecnologia	70%	50%	20%
Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	60%	30%	40%
Benefício pós-emprego	40%	30%	-
Combinação de negócios	20%	-	-
Provisões técnicas de seguros	10%	10%	20%
Impairment de ativos não financeiros	40%	50%	10%
Reconhecimento de receita	-	40%	-
Consolidação	-	-	50%
Hedge accounting	20%	30%	-

Tabela 5: Setor Bancário – Comparação entre os Países (% de empresas com cada tipo de PAA)  
(conclusão)

Principais assuntos de auditoria	Brasil	Reino Unido	Hong Kong
Cessão de crédito	-	-	30%
Seguros proteção de crédito	-	20%	-
Tributação (subsidiárias)	-	10%	-
Partes relacionadas	10%	-	10%
Classificação de Instrumentos Financeiros	-	-	10%
Outros	-	20%	10%

Gráfico 8: Relação da quant. de PAAs por natureza / quant. Relatórios – Consolidada – Segmento Bancário



Analisando-se comparativamente os PAAs do setor bancário do Brasil *versus* do Reino Unido e de Hong Kong (Tabela 5 e Gráfico 8), pode-se verificar que existe maior proximidade de comportamento entre os Principais Assuntos de Auditoria identificados nos relatórios dos bancos do Brasil e do Reino Unido. Embora o Reino Unido apresente uma variedade maior de PAAs, no total de treze, frente ao total de oito PAAs identificados no Brasil (ver Tabela 6), pode-se observar pelo Gráfico 8 que, dos cinco PAAs mais identificados entre os bancos no Brasil, quatro também estão entre os mais identificados do Reino Unido.

No caso de Hong Kong, pode-se destacar a presença do PAA de provisão para perdas em empréstimos e recebíveis, o qual, assim como no Brasil e no Reino Unido, também foi identificado em 100% dos relatórios analisados. Também aparecem de forma relevante entre os PAAs de Hong Kong a mensuração a valor justo de instrumentos financeiros e o ambiente de tecnologia.

No caso do Reino Unido, que apresentou a maior variedade de PAAs (ver Tabela 6), pode-se verificar que três deles (reconhecimento de receita, seguro proteção de crédito e tributação-subsidiárias) não foram identificados nem no Brasil e nem em Hong Kong.

Nota-se uma maior frequência de PAAs de mesma natureza entre os bancos no Brasil e do Reino Unido (9 PAAs em comum) do que entre o Brasil e Hong Kong (7 PAAs em comum).

Tabela 6: Segmento Bancário – Diversidade de PAAs entre os Países

<b>Segmento Bancário</b>	<b>Brasil</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Hong Kong</b>
Quantidade total de PAAs	11	13	11
PAAs de mesma natureza com demais mercados	9	9	7
PAAs distintos dos demais mercados	2	4	4
PAAs de mesma natureza Brasil X Reino Unido	9	9	-
PAAs de mesma natureza Brasil X Hong Kong	7	-	7
PAAs de mesma natureza Reino Unido X Hong Kong	-	7	7

## 4.2.2 Análise dos Principais Assuntos de Auditoria do Setor de Seguros

### 4.2.2.1 Setor de Seguros: Brasil

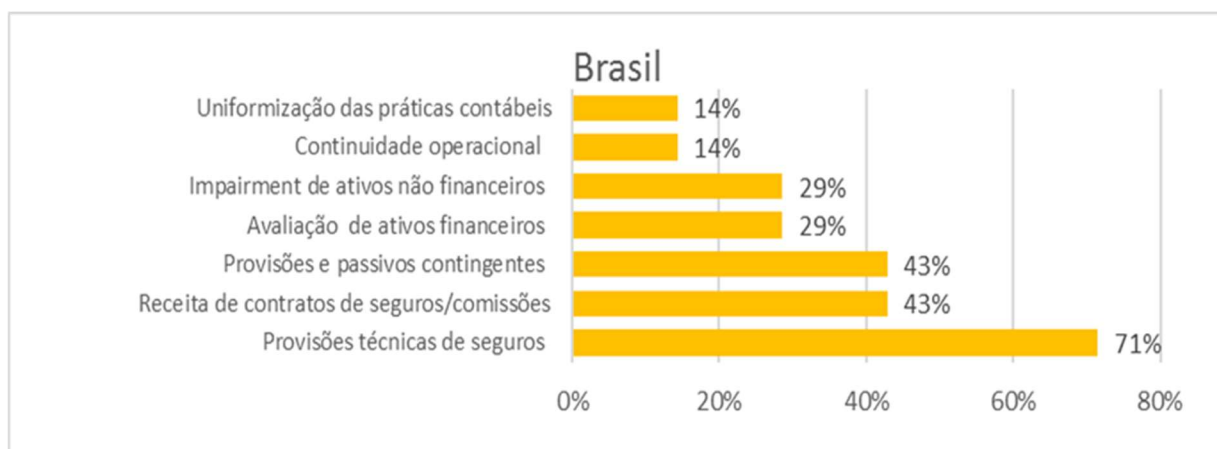
Com base na análise das informações obtidas (Tabela 7 e Gráficos 9, 9.1 e 10), pode-se verificar que também existe um padrão na natureza dos PAAs apresentados nos relatórios de auditoria das companhias de seguros no Brasil, embora não tão consolidado como o observado no setor bancário.

Os principais PAAs identificados foram: (i) provisão técnica de seguros; (ii) receita de seguros e comissão; e (iii) provisão e passivos contingentes, os quais foram identificados em mais de 40% dos relatórios analisados.

Tabela 7: Natureza dos PAAs do Segmento de Seguros no Brasil

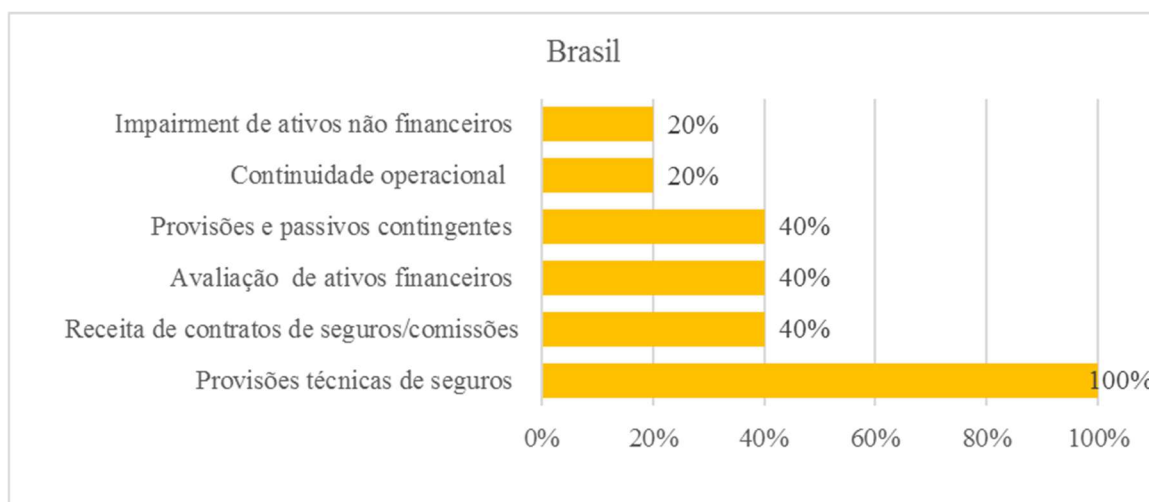
Natureza dos PAAs	Quantidade	% de empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria	Ocorrência de cada tipo de PAA (quant. PAAs por tipo / total de PAAs)
Provisões técnicas de seguros	5	71%	29%
Reconhecimento da receita contratos de resseguros / comissões	3	43%	18%
Provisões e passivos contingentes	3	43%	18%
Avaliação de ativos financeiros	2	29%	12%
Impairment de ativos não financeiros	2	29%	12%
Continuidade operacional	1	14%	6%
Uniformização das práticas contábeis	1	14%	6%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>17</b>	-	<b>100%</b>
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>2</b>		

Gráfico 9: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Brasil



Conforme comentado na metodologia, após identificar que dentre as sete empresas abertas classificadas no setor de seguros no Brasil (conforme a classificação GIGS), duas delas eram corretoras. Para evitar distorções na análise dos PAAs, o Gráfico 9.1 exclui essas duas corretoras, deixando na amostra apenas as seguradoras.

Gráfico 9.1: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Brasil (considera a exclusão das corretoras de seguros da amostra)



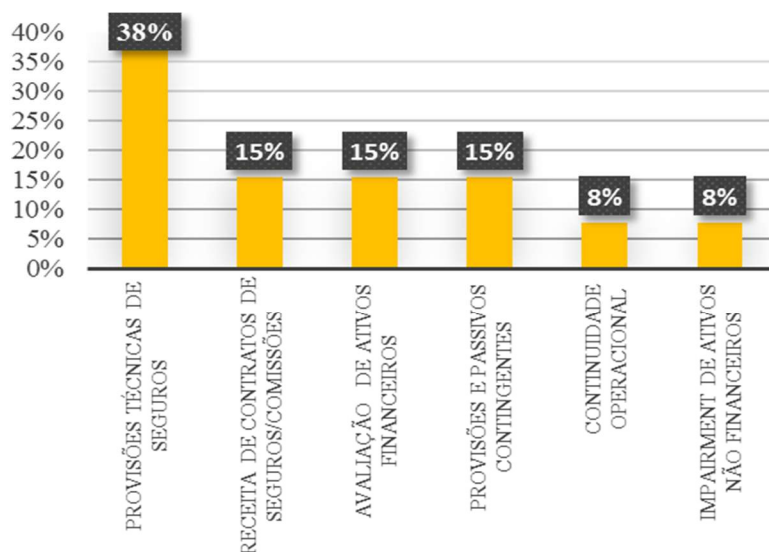
Conforme apresentado no Gráfico 9.1, a provisão técnica de seguros foi identificada em 100% dos relatórios das seguradoras analisados, certamente face à subjetividade inerente ao processo de determinação e mensuração das provisões

técnicas e ao teste de adequação de passivo desses contratos, presentes nos contratos de seguros e previdência, os quais envolvem um alto grau de julgamento pela administração, o que justificaria terem sido apontados como riscos significativos por parte dos auditores independentes.

Adicionalmente, cabe destacar que as provisões técnicas são suportadas pelos investimentos e *performance* dos ativos financeiros detidos pelas seguradoras, fazendo com que seja esperado que o processo de avaliação dos ativos financeiros seja parte significativa dos trabalhos de auditoria e, em determinados casos, sejam classificados como riscos significativos a serem incluídos no relatório de auditoria.

O reconhecimento das receitas de prêmios e comissões de contratos de seguros/resseguros foi incluído em 40% dos relatórios analisados devido à relevância desses no resultado das seguradoras e às diversas peculiaridades envolvendo o processo de apuração da receita e respectiva competência nesse segmento.

Gráfico 10: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza/ quant. total de PAAs) – Segmento de Seguros – Brasil (após exclusão das corretoras de seguros)



Foram identificados outros dois PAAs no setor de seguros, o de continuidade operacional e o de *impairment* de ativos não financeiros, porém representando eventos

isolados nas seguradoras analisadas, não podendo ser identificados como risco específico do mercado segurado.

Conforme apresentado no Gráfico 10 (que exclui as duas corretoras de seguros), os dois PAAs específicos do setor de seguros foram incluídos de forma relevante nos relatórios de auditoria, representando de forma agregada, 47% do total de PAAs reportados pelas seguradoras analisadas.

Com base na análise das informações obtidas, foi possível verificar que existe uma relação entre a natureza dos PAAs apresentados nos relatórios de auditoria e as diversas companhias analisadas do segmento de seguros no Brasil.

#### 4.2.2.2 Setor de Seguros: Reino Unido

Tabela 8: Natureza dos PAAs do Segmento de Seguros no Reino Unido

Natureza dos PAAs	Quantidade	% de empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria	Ocorrência de cada tipo de PAA (quant. PAAs por tipo / total de PAAs)
Provisões técnicas de seguros	9	30%	30%
Avaliação de ativos financeiros	4	40%	13%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	3	30%	10%
Receita de prêmios/comissões	3	30%	10%
Ambiente de tecnologia	2	20%	7%
Benefício pós-emprego	2	20%	7%
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	2	20%	7%
Investimento em subsidiárias	1	10%	3%
Provisões e passivos contingentes	1	10%	3%
Plano de benefício em ações	1	10%	3%
Valor recuperável de crédito tributário	1	10%	3%
Diferimento de custos	1	10%	3%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>30</b>	-	100%
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>3</b>		

Gráfico 11: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Reino Unido

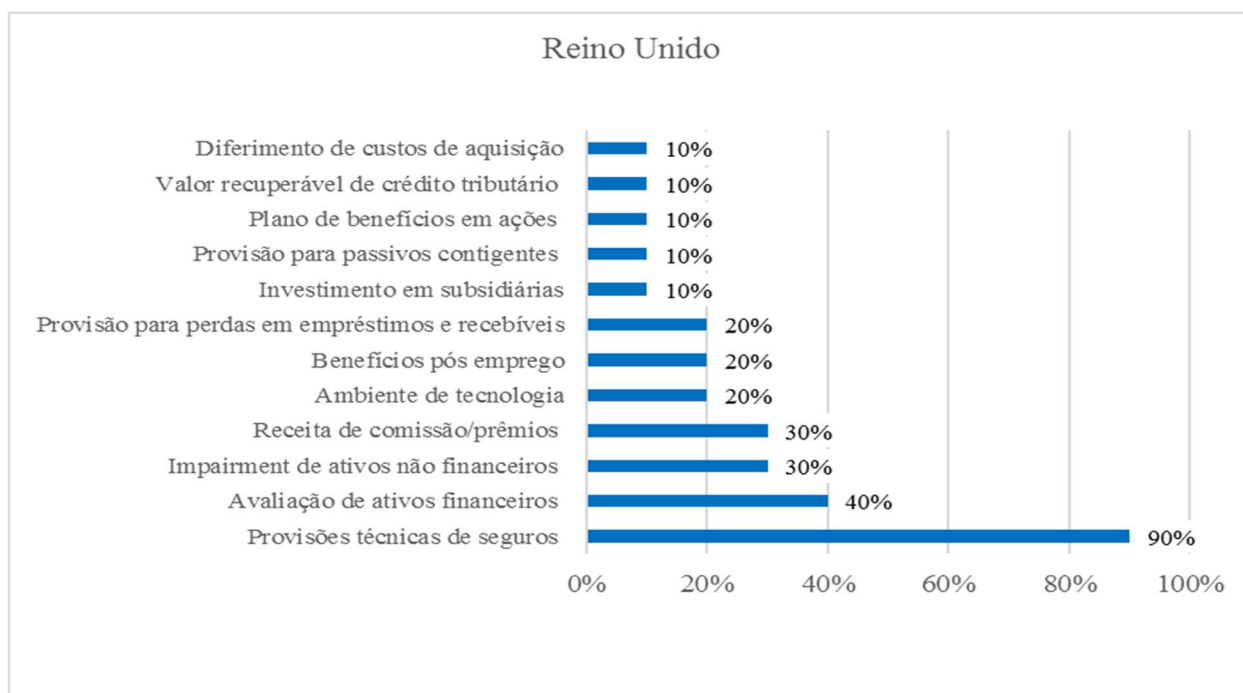
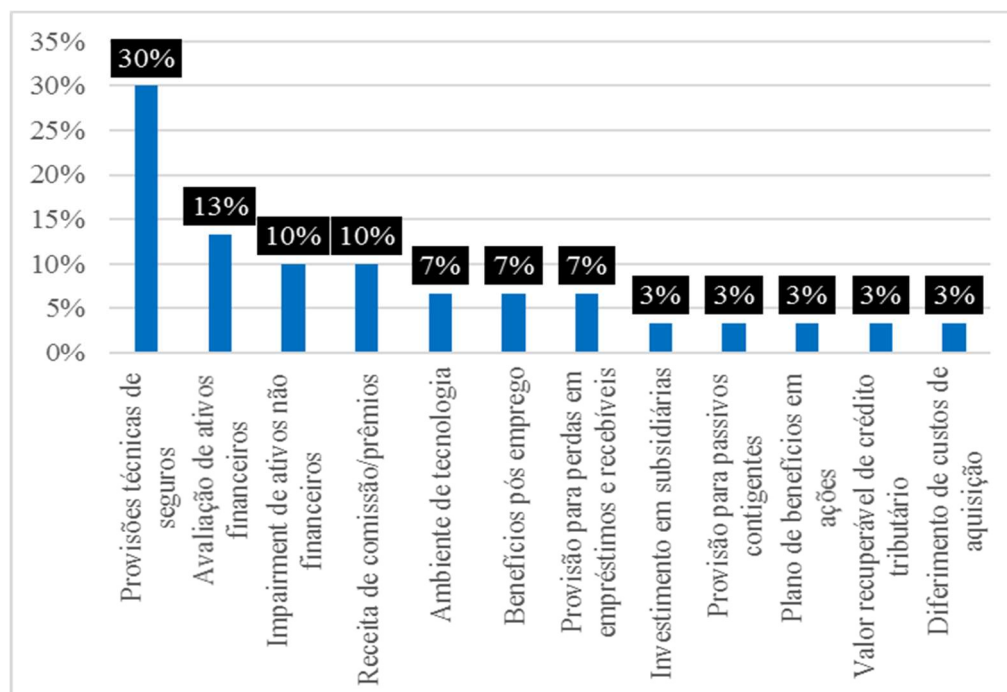


Gráfico 12: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza/quant. total de PAAs) – Segmento de Seguros – Reino Unido





Quando foram analisados os dados obtidos do segmento de seguros no Reino Unido (Tabela 8 e Gráficos 11 e 12), verificou-se que neste mercado existe um padrão na natureza dos PAAs apresentados nos relatórios de auditoria entre as seguradoras analisadas. Os principais PAAs identificados foram provisão técnica de seguros e avaliação de ativos financeiros, identificados em 90% e 40% dos relatórios analisados, respectivamente.

O reconhecimento das receitas de prêmios e comissões de contratos de seguros foi incluído em 30% das seguradoras analisadas, certamente, devido à relevância desses e as peculiaridades envolvendo o processo de apuração da receita nesse setor.

Na análise da amostra dos relatórios, foram identificados doze PAAs distintos, sendo que apenas 40% deles correspondem a PAAs gerais, não especificamente relacionados ao setor de seguros, como valor recuperável de crédito tributário, plano de benefício em ações, provisão para passivos contingentes, investimento em subsidiárias e diferimento de custos de aquisição.

#### 4.2.2.3 Setor de Seguros: Hong Kong

Tabela 9: Natureza dos PAAs do Segmento de Seguros em Hong Kong

<b>Natureza dos PAAs</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% de empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria</b>	<b>Ocorrência de cada tipo de PAA (quant. PAAs por tipo / total de PAAs)</b>
Provisões técnicas de seguros	7	100%	41%
Avaliação de ativos financeiros	5	71%	29%
Aquisição de investimento	2	29%	12%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	1	14%	6%
Classificação de contratos de seguros	1	14%	6%
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	1	14%	6%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>17</b>	<b>-</b>	<b>100%</b>
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>2</b>		

Gráfico 13: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Hong Kong

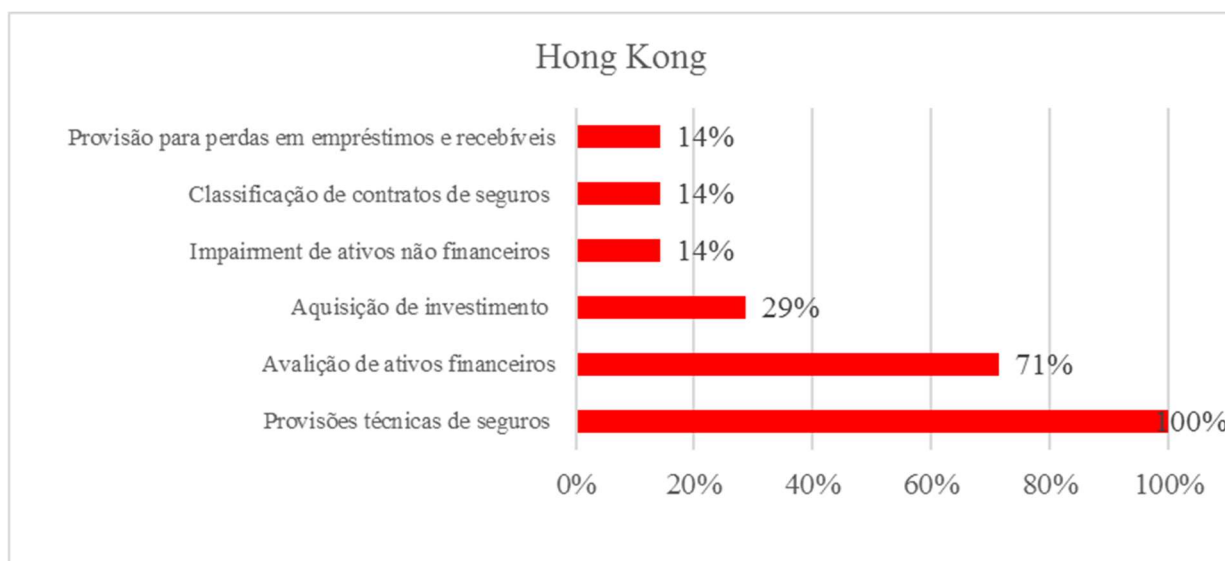
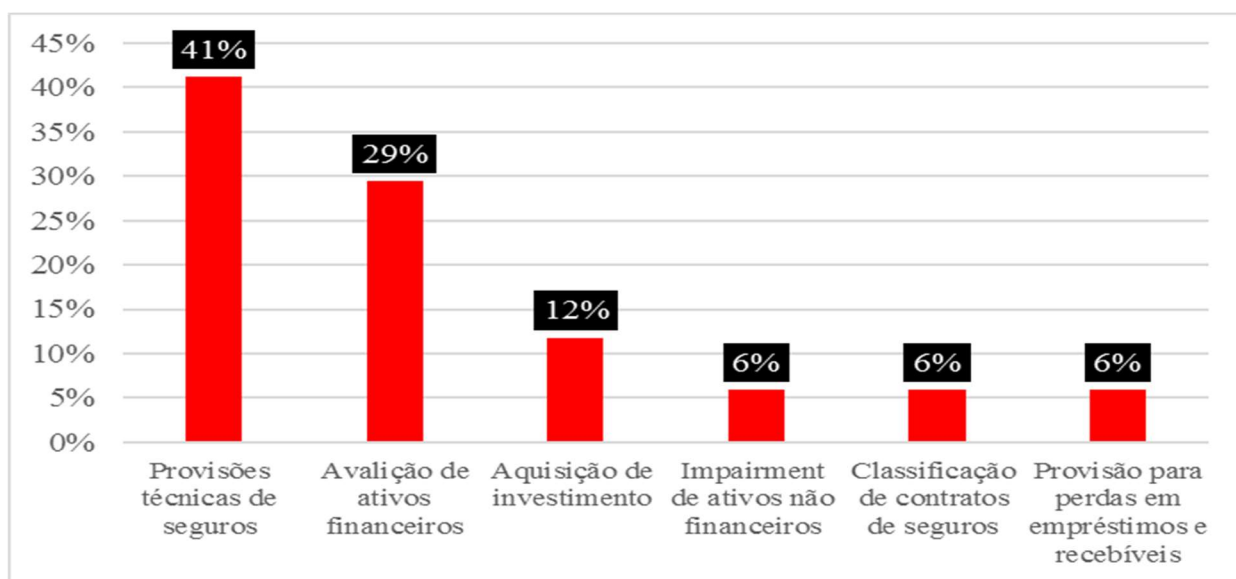


Gráfico 14: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza / quant. total de PAAs) – Segmento de Seguros – Hong Kong



A partir da análise dos dados obtidos das seguradoras de Hong Kong (Tabela 9 e Gráficos 13 e 14), verificou-se que nesse mercado existe um padrão de natureza dos PAAs apresentados nos relatórios de auditoria das companhias de seguros analisadas. Os principais PAAs identificados foram provisões técnicas de seguros e avaliação de ativos financeiros, os quais foram identificados em 100% e 70% dos relatórios analisados,

respectivamente. Esses dois itens de forma agregada, representam 70% do total de PAAs incluídos nos relatórios de auditoria.

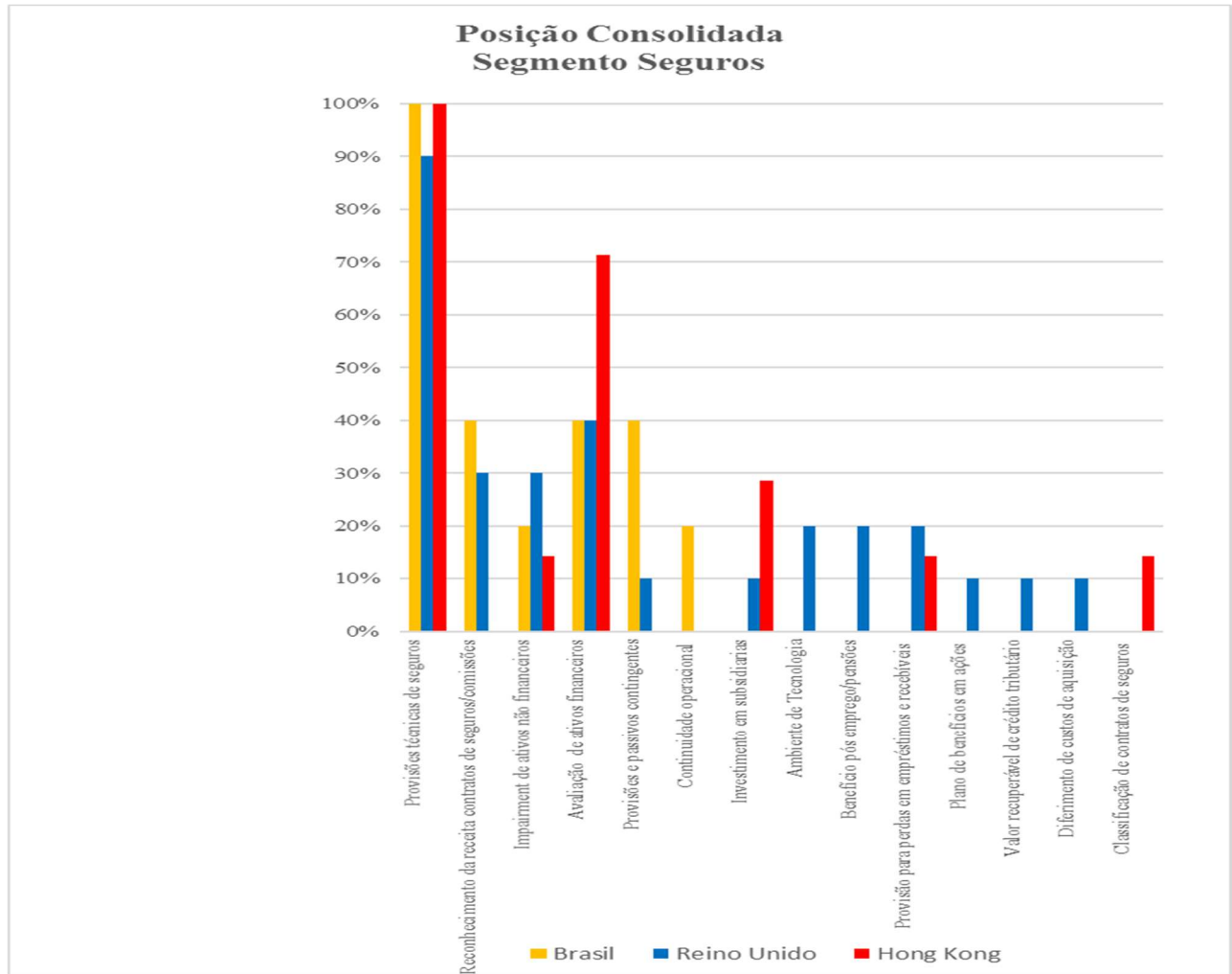
#### 4.2.2.4 Setor de Seguros – Comparação entre os Países

De forma semelhante ao apurado para o setor bancário, a análise comparativa dos PAAs das seguradoras do Brasil, Reino Unido e Hong Kong (Tabela 10 e Gráfico15) demonstra que existe uma maior similaridade entre os Principais Assuntos de Auditoria identificados no Brasil e no Reino Unido, comparativamente a Hong Kong. Embora o Reino Unido apresente uma variedade maior de PAAs (Tabela 11), no total de doze, frente ao total de seis PAAs identificados no Brasil, foi possível observar pelo Gráfico 15 que três PAAs estão entre os mais identificados no Brasil, como Reino Unido (provisões técnicas, avaliação de ativos financeiros e reconhecimento da receita).

Tabela 10: Segmento Bancário – Comparação entre os Países (% de empresas com cada tipo de PAA)

<b>Principais assuntos de auditoria</b>	<b>Brasil</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Hong Kong</b>
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	100%	100%	100%
Provisões e passivos contingentes	70%	50%	-
Valor recuperável de crédito tributário	70%	50%	10%
Ambiente de Tecnologia	70%	50%	20%
Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros	60%	30%	40%
Benefício pós-emprego	40%	30%	-
Combinação de negócios	20%	-	-
Provisões técnicas de seguros	10%	10%	20%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	40%	50%	-
Reconhecimento de receita	-	40%	
Consolidação	-	-	50%
<i>Hedge accounting</i>	20%	30%	-
Cessão de crédito	-	-	30%
Seguros proteção de crédito	-	20%	-
Tributação (subsidiárias)	-	10%	-
Partes relacionadas	10%	-	10%
Classificação de Instrumentos Financeiros	-	-	10%
Outros	-	20%	10%

Gráfico 15: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Seguros – Comparação entre os Países



No caso de Hong Kong, pode-se novamente constatar um padrão menos homogêneo que o dos demais mercados. No entanto, também se destaca a presença do PAA de provisão técnica de seguros, o qual foi incluído em quase 100% dos relatórios analisados para os três mercados, tendo como segundo mais representativo o PAA de avaliação de instrumentos financeiros.

No caso do Reino Unido, que apresentou a maior variedade de PAAs, num total de doze (Tabela 12), foi possível verificar que cinco deles (ambiente de tecnologia, benefício pós-emprego, diferimento de custos de aquisição, plano de benefícios em ações

e valor recuperável de crédito tributário) não foram identificados nem no Brasil nem em Hong Kong.

Por outro lado, nota-se que cinco naturezas de assuntos de auditoria foram apresentadas tanto pelas seguradoras brasileiras como pelas inglesas, comportamento similar ao identificado entre as empresas inglesas e chinesas.

De forma semelhante ao encontrado para o setor bancário, também é possível notar uma maior frequência de PAAs de mesma natureza entre as seguradoras do Brasil e do Reino Unido (5 PAAs em comum) do que entre as do Brasil e de Hong Kong (apenas 3 PAAs em comum).

Tabela 11: Segmento de Seguros – Diversidade de PAAs entre os Países

<b>Segmento de Seguros</b>	<b>Brasil</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Hong Kong</b>
Quantidade total de PAAs	6	12	6
PAAs de mesma natureza com demais mercados	5	7	5
PAAs distintos dos demais mercados	1	5	1
PAAs de mesma natureza Brasil X Reino Unido	5	5	-
PAAs de mesma natureza Brasil X Hong Kong	3	-	3
PAAs de mesma natureza Reino Unido X Hong Kong	-	5	5

#### **4.2.3. Análise dos Principais Assuntos de Auditoria do Segmento de Varejo**

##### **4.2.3.1 Segmento de Varejo: Brasil**

Com base na análise das informações obtidas do segmento varejo (Tabela 12 e Gráficos 16 e 17), pode-se verificar que alguns dos PAAs são comuns, porém nenhum deles se apresenta de forma preponderante, acima de 50%. Ao todo foram incluídos doze PAAs, porém o único PAA que foi incluído por metade das empresas de varejo brasileiras analisadas foi o de valor de impostos e tributos diferidos. Segundo os relatórios de auditoria, devido às incertezas inerentes ao negócio, que impactam as projeções de resultado tributável futuro, de eventos futuros operacionais e de atendimento aos

requisitos das legislações estaduais, bem como suas estimativas para determinação da capacidade de recuperação desses impostos diferidos ativos, a administração das entidades exerce um julgamento significativo na determinação do valor dos lucros tributáveis futuros e, dessa forma, foi considerado como um dos PAAs.

Tabela 12: Natureza dos PAAs do Segmento de Varejo no Brasil

<b>Natureza dos PAAs</b>	<b>Quantidade</b>	<b>% de empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria</b>	<b>Ocorrência de cada tipo de PAA (quant. PAAs por tipo / total de PAAs)</b>
Valor recuperável de impostos e tributos diferidos	5	50%	17%
Provisões e passivos contingentes	4	40%	14%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	3	30%	10%
Perdas no reconhecimento de créditos	3	30%	10%
Avaliação / Existência de estoques	3	30%	10%
Tributação (reconhecimento de créditos)	2	20%	7%
Capitalização de custos	2	20%	7%
Reconhecimento da receita	1	10%	3%
Benefício pós-emprego	1	10%	3%
Ambiente de tecnologia	1	10%	3%
Mensuração a valor justo	1	10%	3%
Aquisição de subsidiária	1	10%	3%
Outros – Obrigações sociais	2	20%	7%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>29</b>	-	100%
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>3</b>		

Gráfico 16: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Varejo – Brasil

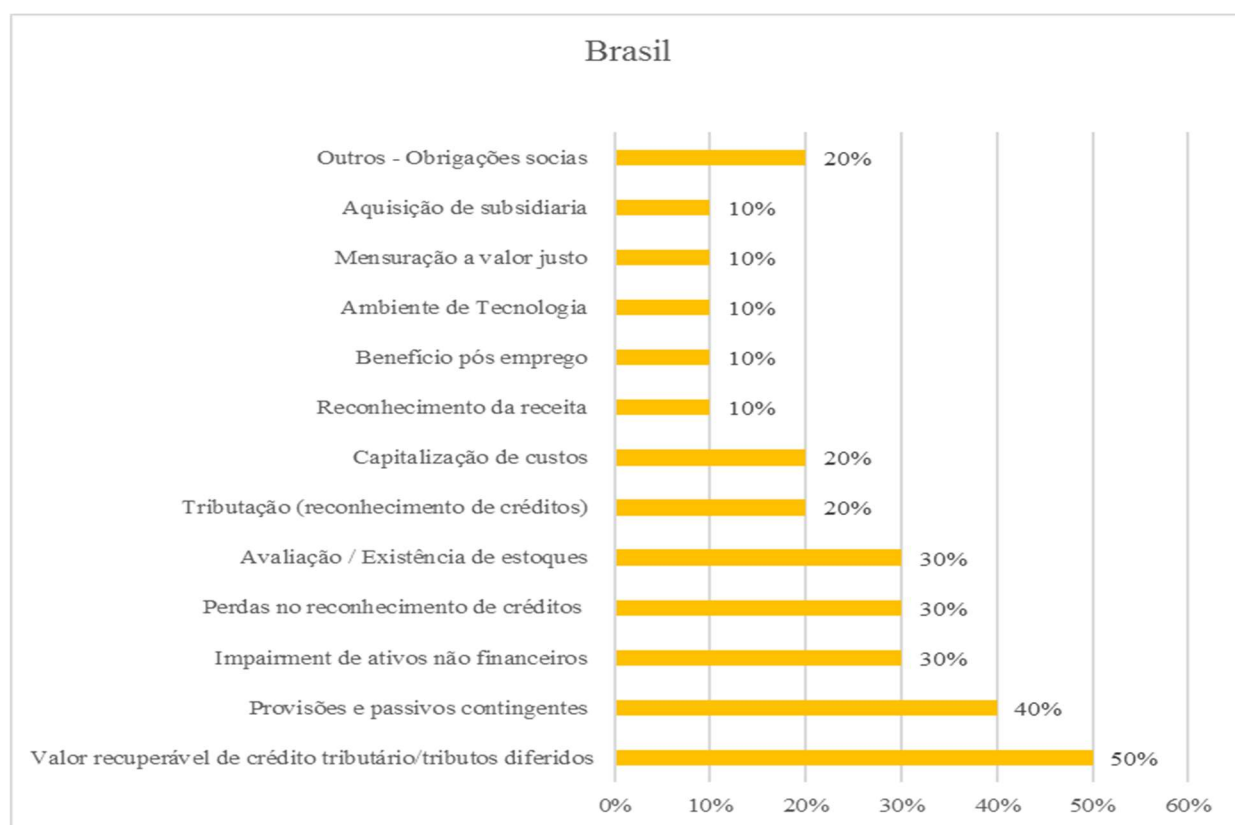
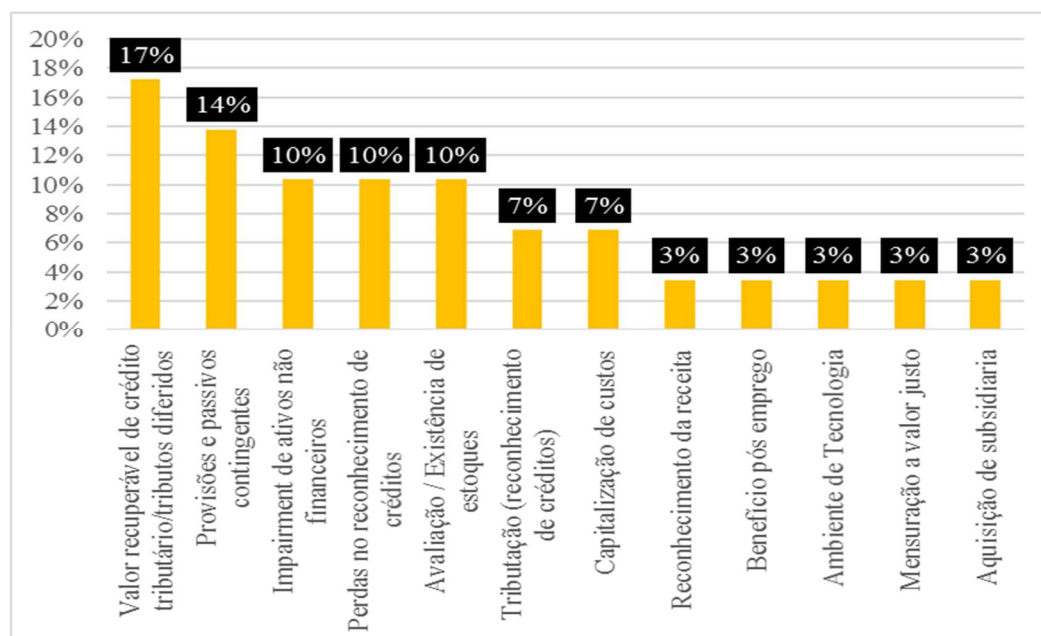


Gráfico 17: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza/ quant. total de PAAs) – Segmento de Varejo – Brasil



O segundo PAA mais frequente entre as empresas de varejo, o qual foi identificado em 40% dos relatórios, refere-se à provisão e passivos contingentes. A mensuração e o reconhecimento contábil de uma provisão relativa a ações judiciais e processos administrativos requerem julgamento da administração das empresas e de seus assessores jurídicos. Mudanças nas premissas utilizadas pelas empresas para exercer esse julgamento, ou mudanças nas condições externas, incluindo o posicionamento das autoridades, podem impactar significativamente o montante de provisão reconhecido nas demonstrações financeiras e, portanto, foram considerados como PAAs.

A avaliação e existência dos estoques foram incluídas em 30% dos relatórios analisados, bem como as perdas no reconhecimento de créditos e de *impairment* de ativos não financeiros.

Nota-se que, dos cinco tipos de PAAs mais frequentes entre as empresas de varejo brasileiras, apenas dois (avaliação/existência de estoques e perdas no reconhecimento de créditos) podem ser considerados específicos ao setor (assumindo que no Brasil é frequente a política de concessão de crédito ao consumidor entre empresas varejistas), tendo sido apresentados por apenas 30% das empresas analisadas.

#### 4.2.3.2 Segmento de Varejo: Reino Unido

Com base na análise das informações obtidas do segmento de varejo das empresas listadas no Reino Unido (Tabela 13 e Gráficos 18 e 19), foi possível verificar que os PAAs de avaliação e existência de estoques e de provisão para perdas sobre bens do imobilizado e de contratos de *leasing* foram incluídos em mais de 70% dos relatórios analisados.

As grandes empresas de varejo possuem uma quantidade elevada de lojas e pontos de distribuição, o que demanda um sistema de controle e logística para o gerenciamento apropriado dos estoques. Devido aos estoques apresentarem também



um volume significativo de itens e por requererem controles individualizados de contagem de itens por loja, bem como o registro tempestivo das diferenças de estoques, esse foi considerado um PAA. Outro fator relevante é a existência do risco na estimativa do preço de venda dos itens, bem como a avaliação de quais itens possam estar obsoletos.

O processo de mensuração da provisão para perdas em imobilizado de lojas, *leasing* e benfeitorias de terceiros, requerem aspectos de julgamento e estimativas por parte da administração, o que justifica sua inclusão em 70% dos relatórios das empresas varejistas analisadas do Reino Unido.

O PAA de *impairment* sobre ativos não financeiros (*goodwill*) foi apresentado em 40% dos relatórios analisados. A avaliação de *impairment* sobre o *goodwill* é incluída como PAA em decorrência de sua relevância e/ou julgamento aplicado pela administração para estimativa de seu valor recuperável quanto às unidades de negócio detidas.

Tabela 13: Natureza dos PAAs do Segmento de Varejo no Reino Unido

Natureza dos PAAs	Quantidade	Relação da quant. de PAAs por natureza / quant. relatórios	Relação da quant. de PAAs por natureza / quant. total de PAAs
Avaliação / Existência de estoques	10	100%	26%
Provisão Imobilizado/Leasing	7	70%	18%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	4	40%	11%
Reconhecimento receita de fornecedor	3	30%	8%
Reconhecimento de receita	2	20%	8%
Perdas no reconhecimento de créditos	2	20%	8%
Benefício pós-emprego	2	20%	8%
Mensuração a valor justo instrumentos financeiros derivativos	2	20%	8%
Reconhecimento de receita <i>loyalys programs/gifts cards/returns</i>	1	10%	3%
Tributação (subsidiárias)	1	10%	3%
Combinação de negócios	1	10%	3%
Outros	1	10%	3%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>38</b>	-	100%
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>4</b>		

Gráfico 18: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Varejo – Reino Unido

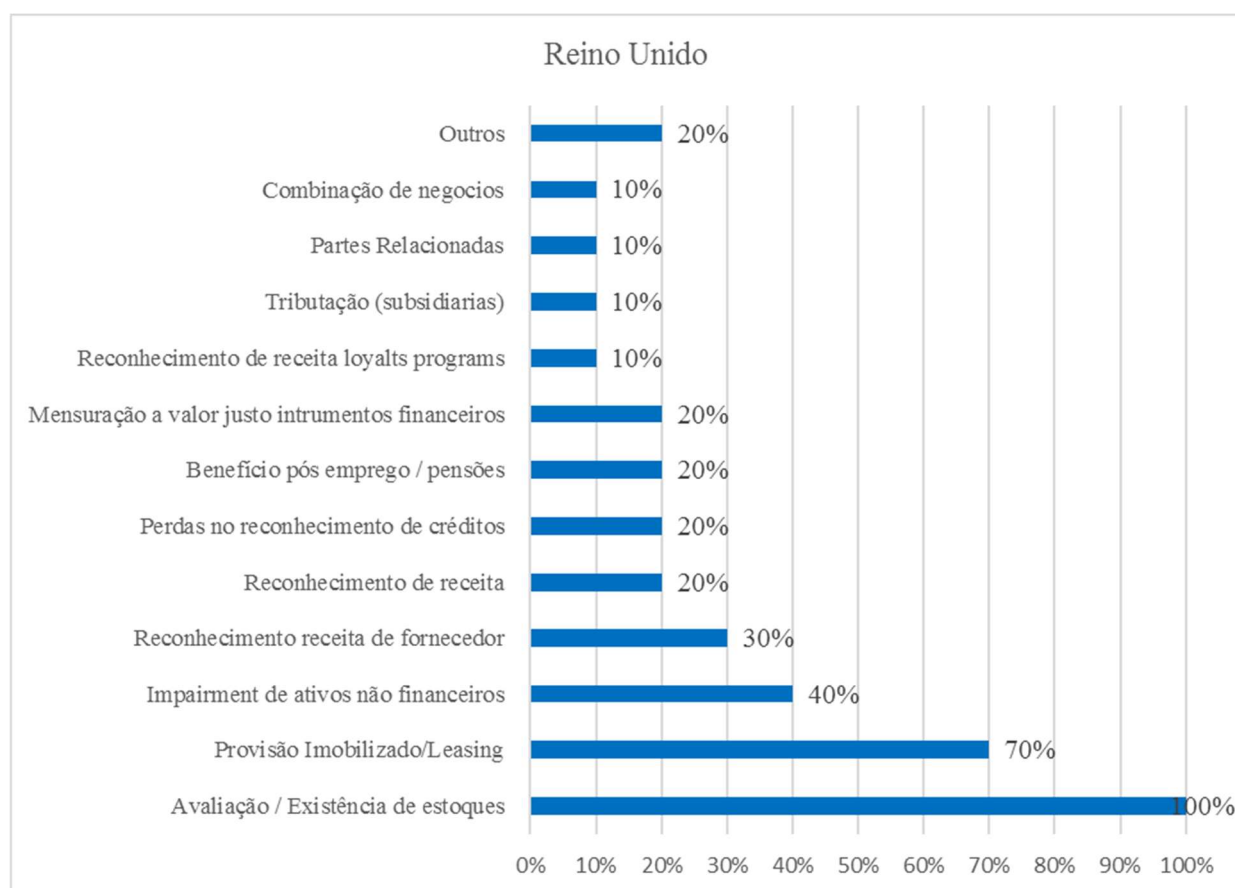
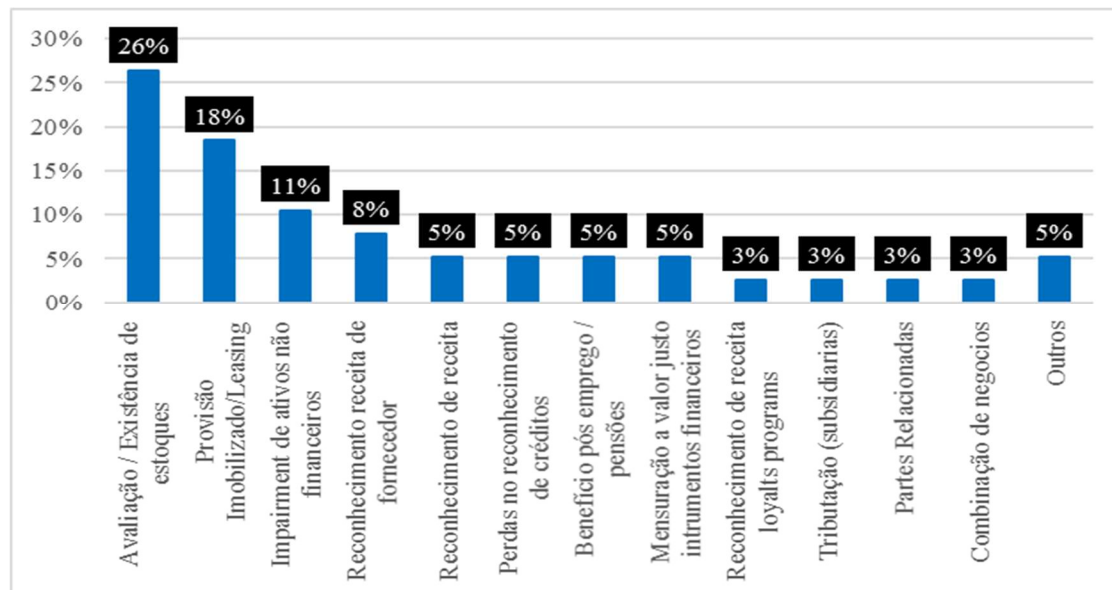


Gráfico 19: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza/quant. total de PAAs) – Segmento de Varejo – Reino Unido



#### 4.2.3.3 Segmento de Varejo: Hong Kong

Com base na análise das informações obtidas das empresas do segmento de varejo listadas em Hong Kong (Tabela 14 e Gráficos 20 e 21), pode-se verificar que os PAAs de *impairment* de ativos não financeiros e de avaliação e existência de estoques foram incluídos 50% dos relatórios analisados.

O PAA que foi incluído de forma mais preponderante foi o de *impairment* de ativos não financeiros, e está relacionado ao valor recuperável do *goodwill* reconhecido nas respectivas entidades, em decorrência de sua relevância e/ou julgamento aplicado pela administração para estimativa de seu valor recuperável quanto às unidades de negócio detidas.

A partir da análise dos relatórios de auditoria, foi possível constatar que a avaliação do valor de realização dos estoques é incluída em decorrência do processo de estimativa do preço de venda dos itens, bem como a avaliação de quais itens possam estar obsoletos.

Tabela 14: Natureza dos PAAs do Segmento de Varejo em Hong Kong

Natureza dos PAAs	Quantidade	% de empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria	Ocorrência de cada tipo de PAA (quant. PAAs por tipo / total de PAAs)
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	6	60%	29%
Avaliação / Existência de estoques	5	50%	24%
Provisão Imobilizado/Leasing	3	30%	14%
Combinação de negócios	3	30%	14%
Perdas no reconhecimento de créditos	1	10%	5%
Reconhecimento receita de fornecedor	1	10%	5%
Avaliação de ativos	1	10%	5%
Outros	1	10%	5%
<b>Quantidade total de PAAs</b>	<b>21</b>	-	<b>100%</b>
<b>Quantidade média de PAAs por relatório de auditoria</b>	<b>2</b>		

Gráfico 20: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Varejo – Hong Kong

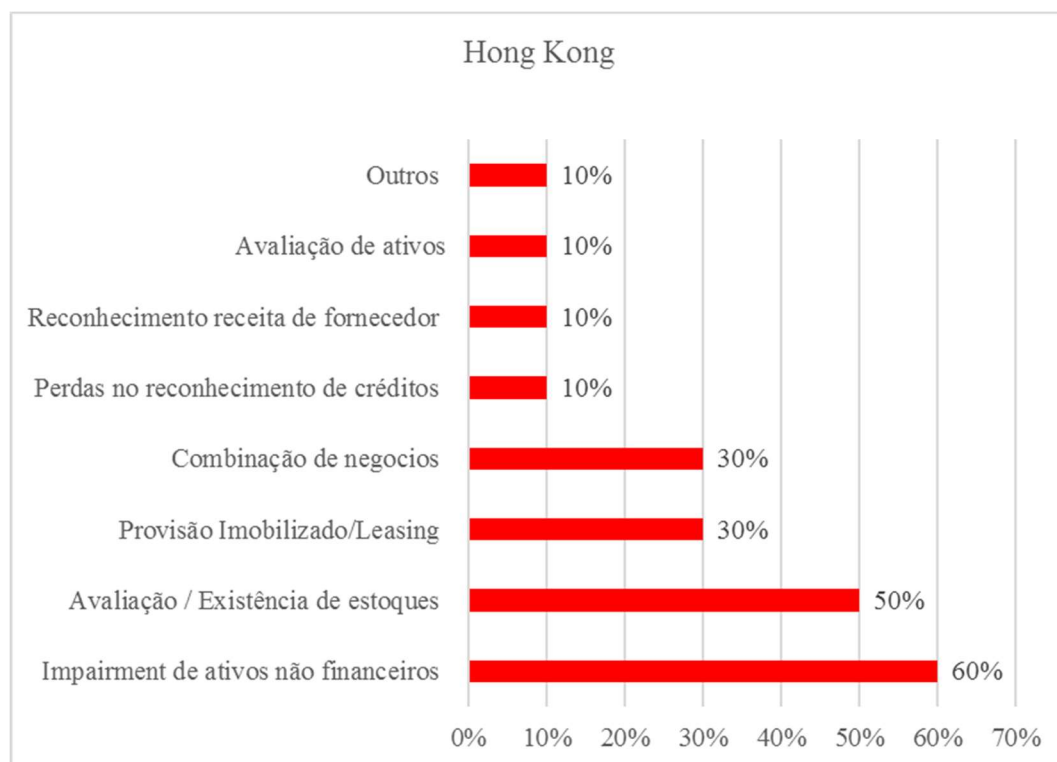
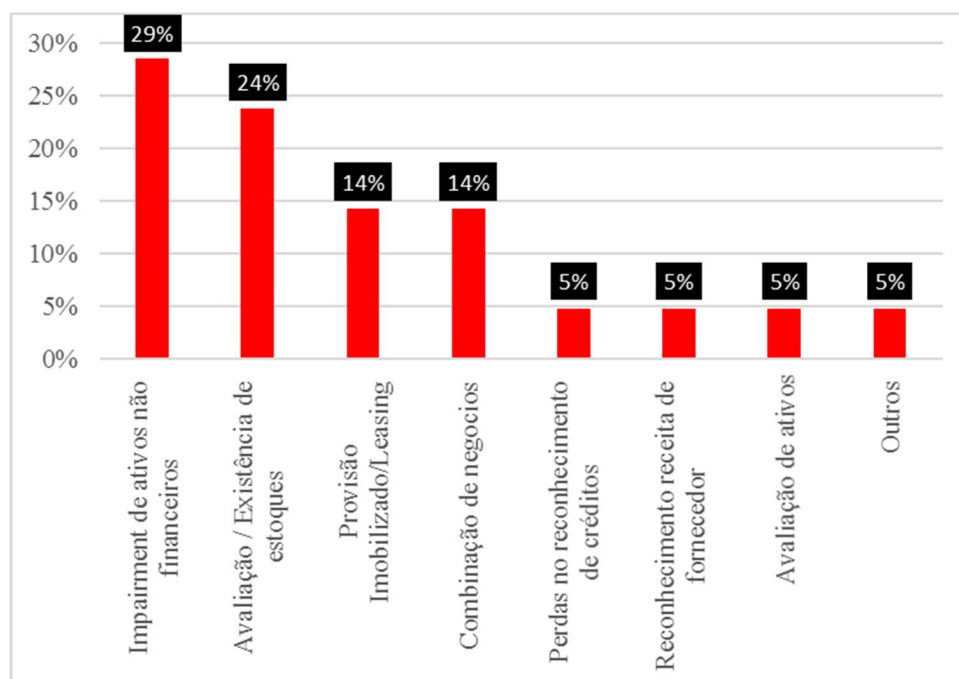


Gráfico 21: Ocorrência de cada tipo de Assunto de Auditoria (Quant. PAAs por natureza/ quant. total de PAAs) – Segmento de Varejo – Hong Kong



#### 4.2.3.4 Segmento de Varejo – Comparação entre os Países

Comparando-se os PAAs das empresas varejistas do Brasil, Reino Unido e Hong Kong (Tabela 15 e Gráfico 22), ao contrário do observado anteriormente nos segmentos bancário e de seguros, parece haver maior semelhança entre os Principais Assuntos de Auditoria identificados no Reino Unido com os de Hong Kong do que com o Brasil. Nota-se que, embora o Reino Unido apresente uma variedade maior de PAAs (Tabela 16), no total de treze, frente ao total de sete PAAs identificados em Hong Kong (apenas 7), pode-se observar que dois PAAs (avaliação e existência de estoques e *impairment* de ativos não financeiros), que são os dois mais frequentes em Hong Kong, também aparecem entre os três mais frequentes no Reino Unido.

De forma divergente do observado nos outros dois países, é de notar a baixa ocorrência PAAs da avaliação/existência de estoques entre os Principais Assuntos de Auditoria das empresas brasileiras, principalmente considerando a alta relevância dos estoques na mensuração dos resultados das empresas varejistas, bem como a frequência de maquiagem contábil relacionada à avaliação de estoques em empresas do setor noticiada nos últimos anos no Brasil.

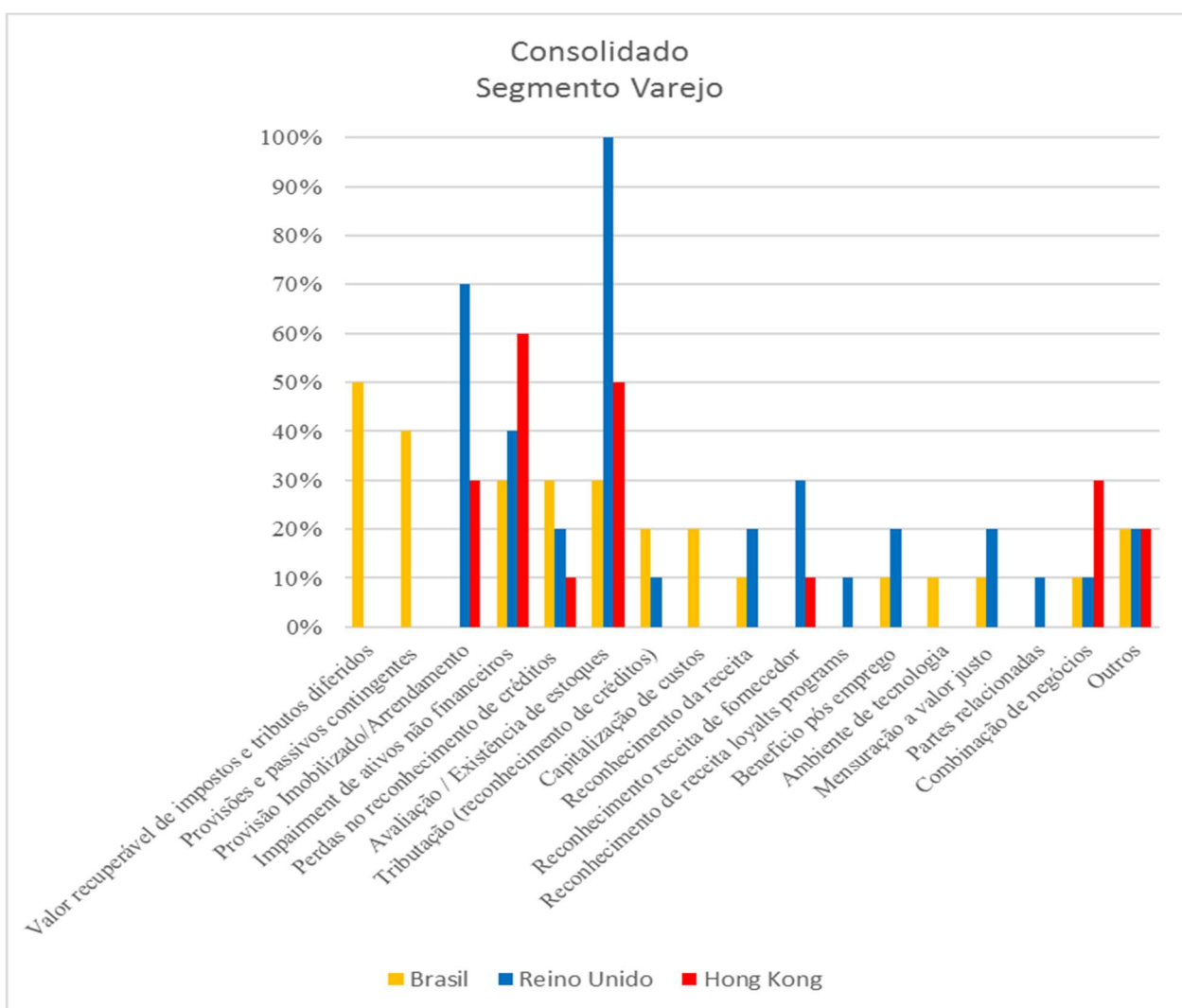
Tabela 15: Segmento de Varejo – Comparação entre os Países (% de empresas com cada tipo de PAA) (continuação)

<b>Principais assuntos de auditoria</b>	<b>Brasil</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Hong Kong</b>
Valor recuperável de impostos e tributos diferidos	50%	-	-
Provisões e passivos contingentes	40%	-	-
Provisão Imobilizado/Arrendamento	-	70%	30%
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	30%	40%	60%
Perdas no reconhecimento de créditos	30%	20%	10%
Avaliação / Existência de estoques	30%	100%	50%
Tributação (reconhecimento de créditos)	20%	10%	-
Capitalização de custos	20%	-	-
Reconhecimento da receita/contas a receber	10%	20%	-
Reconhecimento receita de fornecedor	-	30%	10%
Reconhecimento de receita <i>loyalts programs</i>	-	10%	-
Benefício pós-emprego	10%	20%	-
Ambiente de Tecnologia	10%	-	-

Tabela 15: Segmento de Varejo – Comparação entre os Países (% de empresas com cada tipo de PAA) (conclusão)

Principais assuntos de auditoria	Brasil	Reino Unido	Hong Kong
Mensuração a valor justo	10%	20%	-
Partes relacionadas	-	10%	-
Combinação de negócios	10%	10%	30%
Outros	20%	20%	20%

Gráfico 22: % de Empresas que reportaram cada tipo de Assunto de Auditoria – Segmento de Varejo – Comparação entre os Países



Ao contrário do encontrado anteriormente para os segmentos bancário e de seguros, nos quais as empresas do Reino Unido eram as que apresentavam maior número de PAAs distintos dos demais países, no segmento varejista, esse comportamento ocorreu no Brasil. De fato, conforme a Tabela 16, as varejistas brasileiras apresentaram quatro PAAs de natureza distinta da dos demais países, sendo eles: valor recuperável de impostos e tributos diferidos, provisão para passivos contingentes, capitalização de custos e ambiente de tecnologia. Cabe destacar que no Brasil a legislação tributária sobre venda e circulação de mercadorias é bem complexa, o que justifica sua inclusão nos relatórios de auditoria.

Tabela 16: Segmento de Varejo – Diversidade de PAAs entre os Países

<b>Segmento de Varejo</b>	<b>Brasil</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Hong Kong</b>
Quantidade total de PAAs	13	13	7
PAAs de mesma natureza com demais mercados	9	11	7
PAAs distintos dos demais mercados	4	2	-
PAAs de mesma natureza Brasil X Reino Unido	9	9	-
PAAs de mesma natureza Brasil X Hong Kong	5	-	5
PAAs de mesma natureza Reino Unido X Hong Kong	-	7	7

De forma semelhante ao encontrado para os segmentos bancário e de seguros, também no segmento varejista, as empresas de brasileiras apresentam maior número de Assuntos de Auditoria comuns com as empresas do Reino Unido (9 PAAs em comum) do que com as de Hong Kong (5 PAAs em comum).

### 4.3. Comparação dos PAAs de cada País entre os Setores

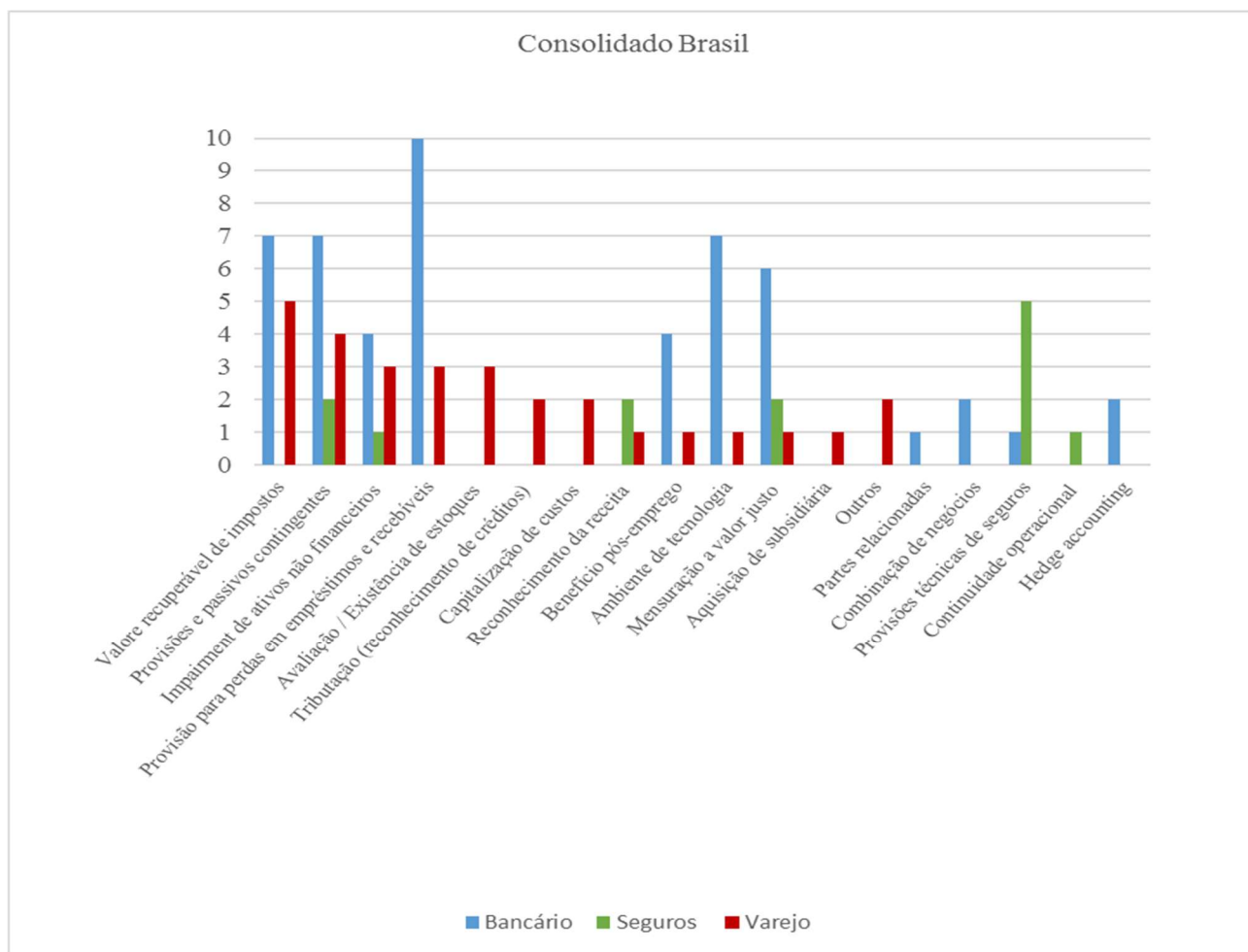
#### 4.2.1 PAAs no Brasil: Comparação entre os Setores

Tabela 17: Natureza dos PAAs no Brasil – Comparação entre os Setores

<b>Principais Assuntos de Auditoria</b>	<b>Bancário</b>	<b>Seguros</b>	<b>Varejo</b>	<b>Total</b>
Valor recuperável de impostos	7	0	5	<b>12</b>
Provisões e passivos contingentes	7	2	4	<b>13</b>
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	4	1	3	<b>8</b>
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	10	0	3	<b>13</b>
Avaliação / Existência de estoques	0	0	3	<b>3</b>
Tributação (reconhecimento de créditos)	0	0	2	<b>2</b>
Capitalização de custos	0	0	2	<b>2</b>
Reconhecimento da receita	0	2	1	<b>3</b>
Benefício pós-emprego	4	0	1	<b>5</b>
Ambiente de tecnologia	7	0	1	<b>8</b>
Mensuração a valor justo	6	2	1	<b>9</b>
Aquisição de subsidiária	0	0	1	<b>1</b>
Outros	0	0	2	<b>2</b>
Partes relacionadas	1	0	0	<b>1</b>
Combinação de negócios	2	0	0	<b>2</b>
Provisões técnicas de seguros	1	5	0	<b>6</b>
Continuidade operacional	0	1	0	<b>1</b>
<i>Hedge accounting</i>	2	0	0	<b>2</b>
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>13</b>	<b>29</b>	<b>93</b>



Gráfico 23: Natureza dos PAAs Brasil – Comparação entre os Setores



Comparando-se os PAAs do Brasil entre os três segmentos (Tabela 17 e Gráfico 23) verificam-se que, do total de 18 tipos de PAA, apenas três deles (ou seja, 17%) são comuns entre os três segmentos, sendo eles: (i) provisões e passivos contingentes; (ii) *impairment* de ativos não financeiros; e (iii) mensuração a valor justo.

Esses resultados reforçam a hipótese de relação entre os Principais Assuntos de Auditoria e o setor de atuação das empresas, já que uma parcela muito pequena dos PAAs identificados entre as empresas analisadas no Brasil aparece simultaneamente nos três setores analisados.

Ao contrário do que se poderia esperar, nota-se pelo Gráfico 23 que parece haver maior semelhança nos PAAs entre as empresas dos setores bancário e de varejo do que entre os bancos e seguradoras. Essa conclusão é reforçada pela Tabela 18, que mostra

que o setor bancário apresentou maior número de PAAs em comum com o setor de varejo (7 PAAs em comum) do que com o setor de seguros (apenas 4 PAAs em comum).

Tabela 18: Consolidado Brasil – Diversidade de PAAs entre os Segmentos

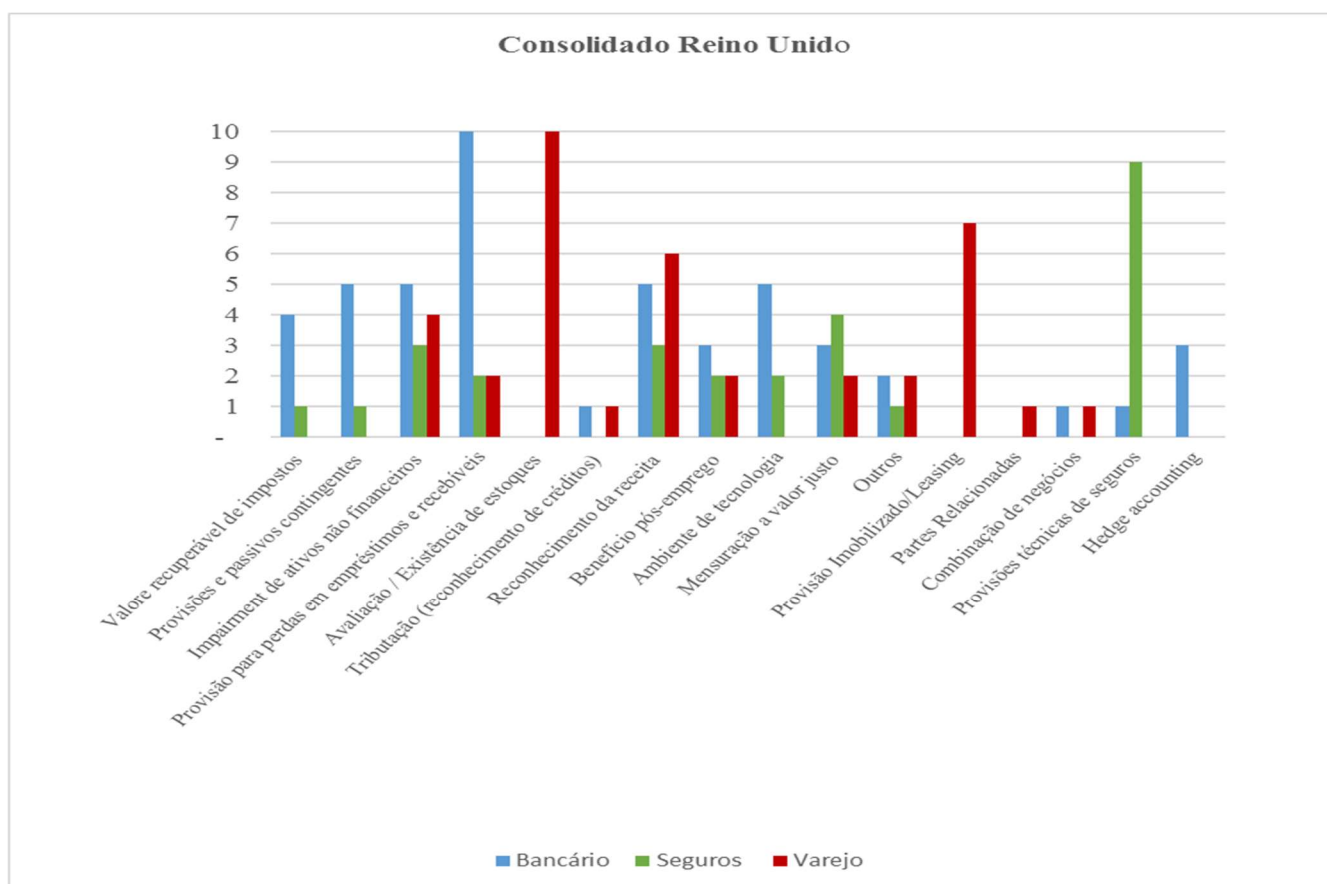
<b>Brasil</b>	<b>Bancário</b>	<b>Seguros</b>	<b>Varejo</b>
Quantidade total de PAAs	11	6	13
PAAs de mesma natureza com demais segmentos	8	5	8
PAAs distintos dos demais segmentos	3	1	5
PAAs de mesma natureza Bancário X Seguros	4	4	-
PAAs de mesma natureza Bancário X Varejo	7	-	7
PAAs de mesma natureza Seguros X Varejo	-	4	4

#### 4.2.2 PAAs no Reino Unido: Comparação entre os Setores

Tabela 19: Natureza dos PAAs no Reino Unido – Comparação entre os Setores

<b>Principais assuntos de Auditoria</b>	<b>Bancário</b>	<b>Seguros</b>	<b>Varejo</b>	<b>Total</b>
Valor recuperável de impostos	4	1	-	<b>5</b>
Provisões e passivos contingentes	5	1	-	<b>6</b>
<i>Impairment</i> de ativos não financeiros	5	3	4	<b>12</b>
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	10	2	2	<b>14</b>
Avaliação / Existência de estoques	-	-	10	<b>10</b>
Tributação (reconhecimento de créditos)	1	-	1	<b>2</b>
Reconhecimento da receita	5	3	6	<b>14</b>
Benefício pós-emprego	3	2	2	<b>7</b>
Ambiente de tecnologia	5	2		<b>7</b>
Mensuração a valor justo	3	4	2	<b>9</b>
Outros	2	1	2	<b>5</b>
Provisão Imobilizado/Leasing	-	-	7	<b>7</b>
Partes Relacionadas	-	-	1	<b>1</b>
Combinação de negócios	1	-	1	<b>2</b>
Provisões técnicas de seguros	1	9	-	<b>10</b>
<i>Hedge accounting</i>	3	-	-	<b>3</b>
<i>Payment Protection Insurance</i>	2	-	-	<b>2</b>
Plano de benefícios em ações	-	1	-	<b>1</b>
Diferimento de custos de aquisição	-	1	-	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>30</b>	<b>38</b>	<b>118</b>

Gráfico 24: Natureza dos PAAs no Reino Unido – Comparação entre os Setores



Comparando-se os PAAs do Reino Unido entre os segmentos bancário, de seguros e de varejo (Tabela 19 e Gráfico 24), verifica-se que, do total de 19 tipos de PAAs, apenas seis (ou seja, 31%) são comuns entre os três segmentos, sendo eles: (i) reconhecimento de receita; (ii) *impairment* de ativos não financeiros; (iii) benefício pós-emprego; (iv) mensuração a valor justo; e (v) provisão para empréstimos e recebíveis e (vi) outros.

Pelo Gráfico 24, parece haver uma melhor semelhança entre os PAAs dos segmentos bancário e de seguros do que com o de varejo. Esses resultados são confirmados na Tabela 20, que mostram maior quantidade de PAAs em comum entre os segmentos bancário e de seguros (10 PAAs em comum) do que entre o bancário e o de varejo (7 PAAs em comum), ou do que entre o de seguros e o de varejo (9 PAAs em comum).

Tabela 20: Consolidado Reino Unido – Diversidade de PAAs entre os Segmentos

<b>Reino Unido</b>	<b>Bancário</b>	<b>Seguros</b>	<b>Varejo</b>
Quantidade total de PAAs	14	12	11
PAAs de mesma natureza com demais segmentos	12	2	3
PAAs distintos dos demais segmentos	2	10	8
PAAs de mesma natureza Bancário X Seguros	10	10	-
PAAs de mesma natureza Bancário X Varejo	7	-	7
PAAs de mesma natureza Seguros X Varejo	-	6	6

Comparando-se esses resultados com os encontrados para o Brasil, notam-se pelo menos dois comportamentos bastante distintos:

- i. Embora o número de tipos de PAAs seja semelhante (18 tipos de PAAs no Brasil e 19 no Reino Unido), a ocorrência de PAAs comuns entre os três segmentos é muito maior no Reino Unido do que no Brasil (3 PAAs comuns entre os segmentos no Brasil e 6 no Reino Unido);
- ii. Ao contrário do Reino Unido, em que ocorre uma maior semelhança de PAAs entre os setores bancário e de seguros (10 PAAs em comum entre bancos e seguros, contra apenas 6 a 7 PAAs em comum nas demais combinações), no Brasil, estranhamente, a maior semelhança se dá entre os setores bancário e de varejo (7 PAAs em comum entre bancos e seguros, contra apenas 4 PAAs em comum entre os demais setores).

#### **4.2.3 PAAs em Hong Kong: Comparação entre os Setores**

Comparando-se os PAAs reportados em Hong Kong entre os segmentos bancário, de seguros e de varejo (Tabela 21 e Gráfico 25) verifica-se que, do total de 15 tipos de PAAs identificados, apenas quatro são comuns entre os três segmentos (ou seja, 27%), sendo eles: (i) *impairment* de ativos não financeiros; (ii) mensuração ao valor justo; (iii) provisão para empréstimos e recebíveis; e (iv) outros. Também pode ser observado que oito tipos de PAAs ocorreram exclusivamente em um segmento.

Também se nota pela Tabela 21 que mesmo quando um PAA de mesma natureza é comum, entre os três segmentos analisados, a importância relativa desse PAA é bastante distinta entre os segmentos. Por exemplo, o PAA de provisão para perdas em empréstimos e recebíveis foi identificada nas 10 empresas analisadas do setor bancário, mas em apenas uma empresa do setor de seguros e do setor de varejo; enquanto o PAA de mensuração a valor justo ocorreu em 5 empresas de seguros e 4 bancos, mas em apenas uma empresa de varejo.

Tabela 21: Natureza dos PAAs em Hong Kong – Comparação entre os Setores

<b>Principais Assuntos de Auditoria</b>	<b>Bancário</b>	<b>Seguros</b>	<b>Varejo</b>	<b>Total</b>
Valor recuperável de impostos	1	-	-	<b>1</b>
Impairment de ativos não financeiros	1	1	6	<b>8</b>
Provisão para perdas em empréstimos e recebíveis	10	1	1	<b>12</b>
Avaliação / Existência de estoques	-	-	5	<b>5</b>
Reconhecimento da receita	-	-	1	<b>1</b>
Ambiente de tecnologia	2	-	-	<b>2</b>
Mensuração a valor justo	4	5	1	<b>10</b>
Aquisição de subsidiária	-	2		<b>2</b>
Outros	2	1	1	<b>4</b>
Provisão Imobilizado/Leasing	-	-	3	<b>3</b>
Partes Relacionadas	1	-	-	<b>1</b>
Combinação de negócios	-	-	3	<b>3</b>
Provisões técnicas de seguros	2	7	-	<b>9</b>
Consolidação	5	-	-	<b>5</b>
Cessão de crédito	3	-	-	<b>3</b>
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>69</b>

Pela análise do Gráfico 25, parece haver uma grande diversidade nos tipos de PAAs entre os setores. Essa conclusão é confirmada Tabela 22, que mostra uma quantidade bastante similar de tipos de PAAs em comum entre os setores (5 PAAs em comum entre bancos e seguradoras e 4 PAAs em comum entre os demais setores).

Esse comportamento difere do observado no Brasil e no Reino Unido, em que foi identificada maior semelhança de PAAs entre alguns setores do que entre outros (Bancos e Varejo no Brasil e Bancos e Seguros no Reino Unido).

Gráfico 25: Natureza dos PAAs em Hong Kong – Comparação entre os Setores

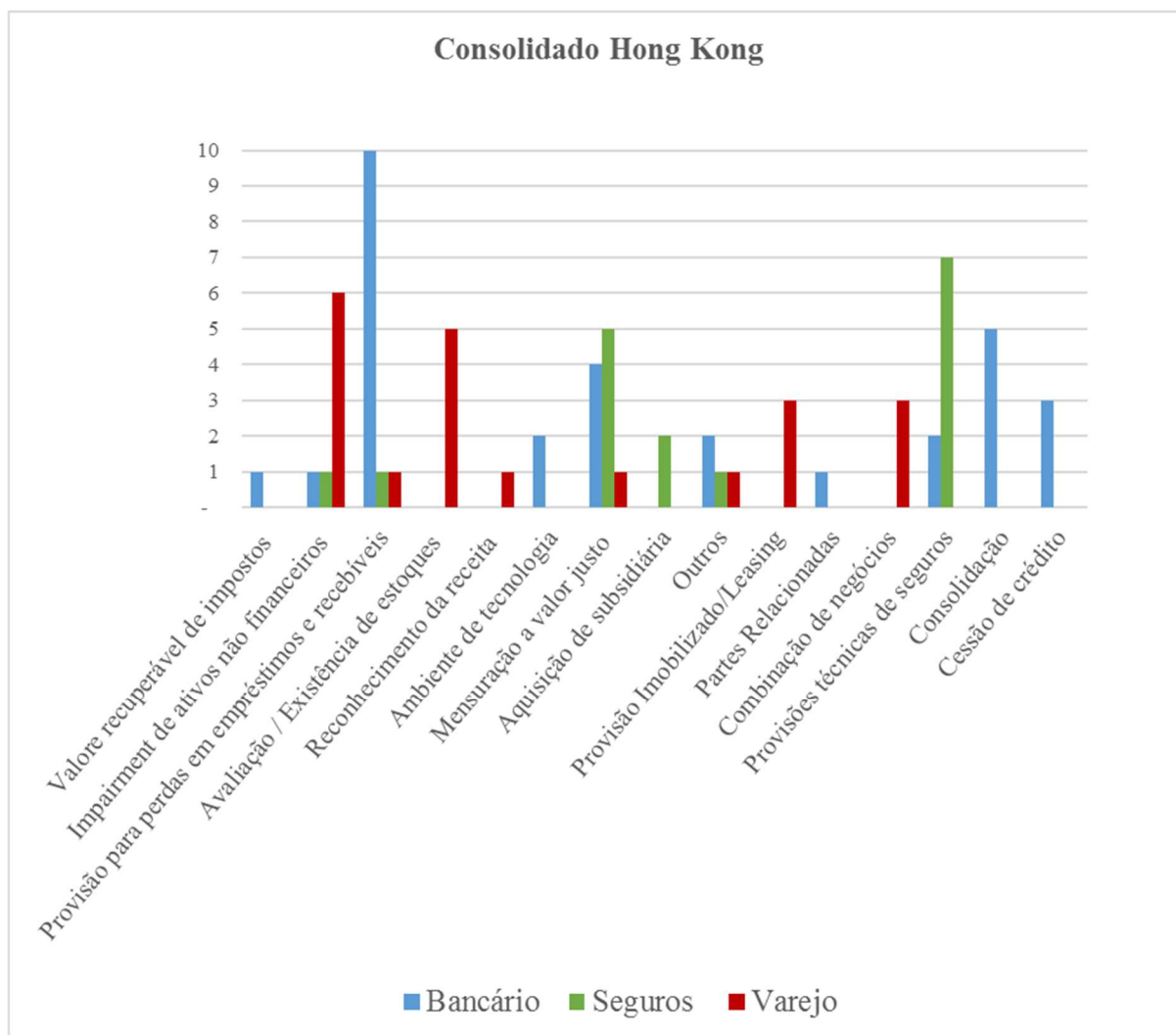


Tabela 22: Consolidado Hong Kong – Diversidade de PAAs entre os Segmentos

Hong Kong	Bancário	Seguros	Varejo
Quantidade total de PAAs	10	6	8
PAAs de mesma natureza com demais segmentos	5	2	4
PAAs distintos dos demais segmentos	5	2	4
PAAs de mesma natureza Bancário X Seguros	5	5	-
PAAs de mesma natureza Bancário X Varejo	4	-	4
PAAs de mesma natureza Seguros X Varejo	-	4	4

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E LIMITAÇÕES

Este trabalho analisou os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) indicados nos relatórios de auditoria externa das 10 maiores empresas dos setores bancário, de seguros e de varejo do Brasil, comparativamente às do Reino Unido e de Hong Kong, com base nos relatórios de 2016, ano em que a identificação de tais PAAs passou a ser obrigatória nos relatórios de auditoria externa das empresas listadas em bolsa no Brasil.

Os resultados sugerem a existência de uma relação entre a natureza dos Principais Assuntos de Auditoria e os respectivos setores de atuação nos mercados analisados. Embora não tenha sido identificada uma igualdade na totalidade dos PAAs analisados, foi identificado um comportamento típico dos tipos de PAAs em cada setor, mesmo entre países diversos. Esses resultados foram confirmados por uma análise complementar, que comparou os PAAs de segmentos diversos em um mesmo país, pela qual se observou grande diversidade de PAAs entre os segmentos diversos dentro de um mesmo país.

Assim, esses resultados sugerem haver maior similaridade dentro de um mesmo setor em países diversos do que entre os diversos setores de um mesmo país, confirmando a expectativa de que (i) os riscos significativos; (ii) as estimativas contábeis críticas; e (iii) as operações e eventos significativos ocorridos durante o exercício tendem a ser típicos do setor de atuação da empresa, embora também sejam influenciados pelo mercado em que atua e por questões específicas à empresa.

Além disso, foi possível verificar que as empresas do setor bancário apresentam uma maior homogeneidade de PAAs entre si, sendo as empresas do setor de varejo as que apresentaram a maior heterogeneidade de PAAs. Também foi possível verificar que, de maneira geral, há maior semelhança no comportamento dos PAAs de um mesmo setor entre as empresas do Brasil e do Reino Unido do que com as de Hong Kong.

Dado que os PAAs são determinados mediante julgamento pelo auditor independente em cada caso, não é possível inferir a razão pela qual alguns PAAs apenas são apresentados em determinados mercados em detrimento dos demais. No entanto, pode-se arguir que possivelmente seriam questões específicas do ambiente regulatório

e fiscal em que operam, da magnitude da exposição aos riscos específicos envolvidos em cada caso, do nível de complexidade das transações realizadas em cada mercado, dos controles implementados pelas empresas para minimização dos riscos identificados, de transações significativas fora do curso normal dos negócios da entidade, entre outros.

Esta pesquisa limitou-se a analisar os relatórios de auditoria de empresas listadas em bolsa no Brasil, Reino Unido e Hong Kong, países onde é adotado o modelo do novo relatório de auditoria, segundo as normas internacionais de auditoria (ISA 700) do IFAC e nos quais os padrões contábeis aplicados na elaboração das demonstrações financeiras seguem as IFRS. Esta pesquisa pode ser ampliada para incluir outros mercados que já adotam o modelo do novo relatório de auditoria, bem como a análise da evolução dos PAAs através da comparação entre diversos anos. Esta pesquisa também limitou sua análise a três segmentos de negócio: bancos, seguradoras e varejo, deixando em aberto a oportunidade para ampliação do número de setores analisados. Além disso, esta pesquisa limitou-se a uma análise exploratória e descritiva dos dados, deixando espaço para o aprofundamento das análises, utilizando instrumentos estatísticos e econométricos mais aprofundados.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marco. Tipos de Riscos na Atividade Bancária in *Revisores e Auditores*, abr/jun. 2015.

ATTIE, Willian. *Auditoria* – conceitos e aplicações. São Paulo, 2010.

BEDARD, J; GONTHIER-BESACIER, N.; SCHATT, A. Costs and benefits of reporting key audit matters in the audit report: the French experience. Janeiro, 2014. Disponível em: [https://documents.bsb-education.com/pdf/cig2014/ACTESDUCOLLOQUE/BEDARD\\_GONTHIER\\_BESACIER\\_SCHATT.pdf](https://documents.bsb-education.com/pdf/cig2014/ACTESDUCOLLOQUE/BEDARD_GONTHIER_BESACIER_SCHATT.pdf); Acesso em: 30/05/2018.

BRAUNBECK, Guillermo (2010). *Determinantes da Qualidade das Auditorias Independentes no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

BOYNTON, William C; JOHNSON, Raymond N; KELL, Walter G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução nº 321/72. Aprova as Normas e Procedimentos de Auditoria. Brasília: 1972.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 700/91. Aprova a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis. Brasília: 1991.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 820/97. Aprova a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis com alterações e dá outras providências. Brasília: 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 821/97. Aprova a NBC P 1 – Normas Profissionais de Auditor Independente com alterações e dá outras providências. Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 830/98. Aprova a NBC T 11 – IT 5 – Parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis. Brasília: 1998.95

\_\_\_\_\_. Resolução nº 953/03. Dispõe sobre a alteração no modelo de parecer referido no item 11.3.2.3 da NBC T 11 – normas de auditoria independente das demonstrações contábeis. Brasília: 2003.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1.055/05. Cria o COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC), e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1.155/09. Aprova o Comunicado Técnico CTA 01 que trata da emissão de Parecer dos Auditores Independentes face à edição da NBC TG 13.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1.321/2011. Aprovar o CT 08 – Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas de Instituições Financeiras e Demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) de exercícios findos em, ou a partir de, 31 de dezembro de 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1.328/2011- Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3.081: Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Brasília, maio/2003.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 3.170: Altera a Resolução nº 3081, de 2003, que disciplina a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras, demais instituições autorizadas a *funcionar* pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e de liquidação. Brasília, janeiro/2004.

CORDOS, George-Silviu; FULOP, Melinda-Timea. Understanding Audit Reporting Changes: Introduction of Key Audit Matters. Journal of Accounting and Management Information Systems, Faculty of Accounting and Management Information Systems, The Bucharest University of Economic Studies, vol. 14(1), pp.128-152, Março, 2015.

FRC, *Extended Auditor's Report – A review of experience in the first year*. London, 2015.

FRC, *Extended Auditor's Report – A further review of experience*. London, 2016.

GUIMARAES, A.; PEREIRA, Clovis; FILIPPO, José. Relatório do Auditor: Os impactos no Conselho de Administração das Mudanças Ocorridas. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, 2017. Disponível em <http://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=23498>. Acesso em 31/12/2017.

IBRACON. *Auditoria – Registros de uma profissão*. São Paulo, 2006.

LENNOX, Clive S.; SCHMIDT, JAIME J.; THOMPSON, Anne. *Is the Expanded Model of Audit Reporting Informative to Investors? Evidence from the U.K.* (2018). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=2619785>. Acesso em 18/06/2018,

LI, Hong, Alice; HAY, David; LAU, David. Assessing the Impact of the New Auditor's Report (Fevereiro 8, 2018). Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3120822>. Acesso em 30/05/2018.

MATOS, T.M.P; CARDOSO, R.L. O impacto de Key Audit Matters (KAM) sobre a análise das demonstrações contábeis e sobre a propensão a investir. 3º.Congresso UnB de Contabilidade e Governança, Brasília, DF, Brasil, 2017.

MONTGOMERY, D. *More Informative Auditor's Reports – What Audit Committees and Finance Executive Need to Know*. Março, 2016. Disponível em: <<https://www.ifac.org/publications-resources/more-informative-auditors-reports-what-audit-committees-and-finance>. Acesso em 30/04/2018.

SANTI, Paulo Adolpho. *Introdução à auditoria*. São Paulo: Atlas, 1988.

SANTOS, Edson Carlos dos; PEREIRA, Anísio Candido. O Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis: uma abordagem sobre o parecer-padrão, atualmente em vigor no Brasil. *Revista Administração On Line – Fecap* – v. 5, n. 3, p. 26-38, jul/ago/set.2004.

SEGAL, Milton, 2017. *ISA 701: Key Audit Matters - An exploration of the rationale and possible unintended consequences in a South African*, “*Journal of Economic and Financial Sciences*”. Vol 10 (2). Disponível em: <https://doi.org/10.4102/jef.v10i2.22>. Acesso em 30/04/2018.

SIROIS, L.; BEDARD, J.; BERA. P.; The Informational Value of Key Audit Matters in the Auditor's Report: Evidence from an Eye-tracking Study. Disponível em: [http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2469905](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2469905). Acesso em 30/05/2018.

WATTS, R. L.; ZIMMERMAN, J. L. *Positive accounting theory*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1986

**APÊNDICES**  
**APÊNDICE A – EMPRESAS ANALISADAS**

<b><u>Segmento Bancário</u></b>		
<b>Brasil</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Hong Kong</b>
Itaú Unibanco Holding S.A.	HSBC Holding S.A.	China Construction Bank
Banco Bradesco S.A.	Lloyds Banking Group Plc	Bank of China Ltd
Banco Santander Brasil S.A.	Barclays Plc	Bank of Communications
Banco do Brasil S.A.	Royal Bank of Scotland Group	Boc Hong Kong Holdings Ltd
Banco do Estado Do Rio Grande do Sul	Standard Chartered Plc	Postal Savings Bank of China
Banco ABC Brasil S.A.	Metro Bank Plc	China Citibank Corp. Ltd
Banco Pan S.A.	TCS Group Holding	Hang Seng Bank Ltd
Banco do Estado do Espírito Santo S.A.	Cybg Plc	Citic Ltd
Banco da Amazônia S.A.	Close Brothers Group Plc	Bank of East Asia Ltd
Banco do Estado de Sergipe S.A.	Bgeo Group Plc	China Zhesnhang Bank Co Ltd
<b><u>Segmento de Seguros</u></b>		
<b>Brasil</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Hong Kong</b>
Porto Seguro S.A.	Prudential Plc	China Construction Bank
Sul America S.A.	Aviva Plc	Bank of China
IRB – Instituto Brasileiro De Resseguros	Legal & General Group Plc	Bank of Communication
Cia Seguros Aliança Bahia	Rsa Insurance Group Plc	Boc Hong Kong Holdings Ltd
BB Seguridade Participações S.A.	Admiral Group Plc	Postal Savings Bank of China
FCP Par Corretora de Seguros S.A.	Direct Line Insurance Group	China Citi Corporation
BR Insurance Corretora de Seguros S.A.	Hiscox Ltd	Hang Sheng Bank Ltd
	Beazley Plc	Citic Ltd
	Jardine Lloyd Thompson Group	Bank of East Asia
	Hasting Group Holdings Plc	China Zheshang Bank Co Ltd
<b><u>Segmento de Varejo</u></b>		
<b>Brasil</b>	<b>Reino Unido</b>	<b>Hong Kong</b>
Via Varejo S.A.	Kingfisher Plc	Chow Tai Fook Jewellery Grou
Marisa Lojas S.A.	Next Plc	Zhongsheng Group Holdings
Magazine Luisa S.A.	Marks & Spencer Group Plc	Gome Retail Holdings Ltd
Lojas Renner S.A.	Jd Sports Fashion Plc	China Zhengtong Auto Service
B2W Companhia Digital	Dixons Carphone Plc	Golden Eagle Retail Group
Graziotin S.A.	Wh Smith Plc	China Yongda Automobiles Ser
Lojas Americana S.A.	Sports Direct International	Luk Fook Holdings Intl Ltd
Saraiva S.A.	Superdry Plc	Chow Sang Sang Hldg
Lojas Hering S.A.	Pets At Home Group Plc	Pou Sheng Intl Holdings Ltd
Cia Hering S.A.	Dunelm Group Plc	Sa International Hldgs

## APÊNDICE B – LISTA DAS IFRS

<b>IASB</b>	<b>Pronunciamento Técnico</b>
Framework	Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis
IAS 36	Redução ao Valor Recuperável de Ativos
IAS 21	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
IAS 7	Demonstração dos Fluxos de Caixa
IAS 38	Ativo Intangível
IAS 24	Divulgação sobre Partes Relacionadas
IAS 17	Operações de Arrendamento Mercantil
IAS 20	Subvenção e Assistência Governamentais
IAS 39	Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários
IFRS 2	Pagamento Baseado em Ações
IFRS 4	Contratos de Seguro
IFRS 3	Combinação de Negócios
IAS 2	Estoques
IAS 11	Contratos de Construção
IAS 28	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
IAS 31	Negócios em Conjunto
IAS 23	Custos dos Empréstimos
IAS 34	Demonstração Intermediária
IFRS 8	Informações por Segmento
IAS 8	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
IAS 10	Evento Subsequente
IAS 37	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
IAS 1	Apresentação das Demonstrações Contábeis
IAS 16	Ativo Imobilizado
IAS 40	Propriedade para Investimento
IAS 41	Ativo Biológico e Produto Agrícola
IAS 18	Receitas
IFRS 5	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
IAS 12	Tributos sobre o Lucro
IAS 19	Benefícios a Empregados
IAS 27	Demonstrações Separadas
IFRS 10	Demonstrações Consolidadas
IFRS 1	Adoção Inicial das IFRSs
IAS 39	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
IAS 32	Instrumentos Financeiros: Apresentação
IFRS 7	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
IAS 33	Resultado por Ação

## ANEXO

**Modelo de relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de entidade listada, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, também, de acordo com as IFRS, apresentadas em conjunto (lado a lado) e que não apresentam diferença entre o resultado e o patrimônio líquido.**

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS<sup>(1)</sup>

Aos acionistas da Companhia ABC (ou outro destinatário apropriado)

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia ABC (companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 20X1 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da companhia em 31 de dezembro de 20X1, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria<sup>(2)</sup>

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

*(Descrição de cada um dos principais assuntos de auditoria, de acordo com a NBC TA 701, item 13)<sup>(3)</sup>.*

## Outros assuntos

### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 20X1, elaboradas sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor.

A administração da companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração<sup>(4)</sup>.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas<sup>(5)</sup>.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior



do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e de suas controladas<sup>(6)</sup>.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso

relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

[Local (localidade do escritório de auditoria que emitiu o relatório) e data do relatório do auditor independente]

[Nome do auditor independente (pessoa física ou jurídica)]

[Nome do profissional (sócio ou responsável técnico, no caso de o auditor ser pessoa jurídica)]

[Números de registro no CRC da firma de auditoria e do profissional que assina o relatório]

[Assinatura do auditor independente]

- (1) No caso de o relatório cobrir outros aspectos legais e regulatórios, é necessário incluir subtítulo para especificar a primeira parte do relatório, “Relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis”, e, no final do relatório, outro subtítulo para a segunda parte, “Relatório sobre outros requisitos legais e regulatórios”.
- (2) A seção “Principais assuntos de auditoria” é exigida somente para entidades listadas.
- (3) O item 13 da NBC TA 701 descreve que cada um dos Principais assuntos de auditoria deve: (i) fazer referência às correspondentes divulgações, se houver, nas demonstrações contábeis, (ii) abordar o motivo pelo qual o assunto foi considerado como um dos mais significativos na auditoria e, portanto, determinado como principal assunto de auditoria; e (iii) como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis. O item A46 dessa mesma norma traz outros elementos que podem ser mencionados na explicação de como o principal assunto foi tratado na auditoria, como, por exemplo, a indicação do resultado dos procedimentos do auditor ou as principais observações relativas ao assunto. A quantidade de detalhes a ser fornecida, nos termos do item A46, é uma questão de julgamento profissional.
- (4) Nos termos da legislação societária brasileira, o Relatório da Administração é divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis. No entanto, podem existir outros relatórios divulgados em conjunto com as demonstrações contábeis. Nesses casos, a redação do parágrafo acima deve ser alterada para incluir o nome dos relatórios que acompanham as demonstrações contábeis.
- (5) Em todos esses exemplos de relatório do auditor, os termos “administração” e “responsáveis pela governança” podem precisar ser substituídos por outros termos mais apropriados no contexto da estrutura legal de determinada jurisdição.
- (6) Essa sentença deve ser modificada, conforme adequado, nas circunstâncias em que o auditor também tem a responsabilidade de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis.